Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Quarta-feira, 18 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.146 | R$ 5,00

Presidente do PRTB, Leonardo Avalanche convida Nikolas Ferreira a se filiar ao partido

CAPPELLI - PÁGINA 14

Feriado deve movimentar R$ 2,5 bi no turismo de SP

O feriado prolongado do Dia da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bilhões na economia do turismo paulista, com circulação estimada de 2,1 milhões de pessoas.

PÁGINA 17

Seleção termina 2026 com Vini Jr. em alta

Em meio a uma temporada amarga e um trabalho pouco inspirado do treinador Carlo Ancelotti, quem soube aproveitar a temporada 2026 foi o atacante Vinícius Júnior.

PÁGINA 10

Cesta básica sobe 1,92% em outubro na capital

Custo da cesta básica na cidade de São Paulo subiu 1,92% em outubro e chegou a R$ 1.373,48, segundo Procon-SP.

PÁGINA 18

RUDOLFO LAGO

SENADO RESOLVE ENCARAR TRIBUTÁRIA

PÁGINA 2

FERNANDO MOLICA

LULA NÃO QUER O 4º MANDATO UMA REEDIÇÃO DE DILMA 2

PÁGINA 2

À beira da derrota, votação do pacote fiscal é adiada

Governo teme não ter votos suficientes para preservar medidas consideradas

PÁGINA 13

TARCÍSIO ANUNCIA NOVO SECRETÁRIO E CONFIRMA PERMANÊNCIAS PARA 2027

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou mais cinco nomes para seu segundo mandato, que começa em janeiro de 2027. Leonardo Sultani, atual secretário executivo de Gestão e Governo Digital, assumirá o comando da pasta, substituindo Caio Paes de Andrade. Permanecem nos cargos Roberto Carneiro, na Secretaria de Governo e Relações Institucionais; coronel Rinaldo de Araújo Monteiro, na Casa Militar e na coordenação da Defesa Civil; e Lais Vita, na Secretaria de Comunicação.

PÁGINA 3

GOVERNO DE SÃO PAULO



Confirmados: Carneiro, Sultani, Lais, Inês Maria e Rinaldo no Governo no ano de 2027



LISSA ZIMMERMANO FARIA / GOVERNO DE SÃO PAULO

Governador se reuniu com representantes de concessionárias

Governador cobra plano da Via Mobilidade

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) cobrou da ViaMobilidade um plano para reduzir falhas nas linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, durante reunião.

PÁGINA 3

Aneel tem maioria para propor fim da concessão da Enel-SP

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formou maioria nesta terça-feira (17) a favor de recomendar o fim antecipado da concessão da Enel em São Paulo.

PÁGINA 4

Sabesp decide mudar visual das contas de consumo

A Sabesp passou a emitir contas de água e esgoto com novo visual na versão impressa e na verão digital. A mudança adapta as faturas às exigências da reforma tributária.

PÁGINA 4

Estado gasta R$ 3,08 bi com Lei de Drogas em SP

O sistema de justiça criminal de SP destinou R$ 3,08 bilhões à aplicação da Lei de Drogas em 2024, segundo dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

PÁGINA 18

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Senado resolve encarar tributária

Em muitos momentos, a audiência pública na manhã desta terça-feira (17) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado foi uma sessão de críticas ao economista Bernard Appy. Dono de uma disposição ferrenha de não dar entrevistas e declarações – um vício de muitos servidores públicos -, Appy foi um dos principais formuladores da reforma tributária. Durante o processo, foi secretário especial da reforma no Ministério da Fazenda. Como não gosta muito de explicar ao público suas posições, fica agora o problema para ele.

Appy tinha se associado à parte do setor produtivo, que defendia um adiamento para 2028 do início da reforma tributária. Uma carta aberta de 75 entidades ligadas ao setor produtivo pediu que o início da transição da reforma fosse adiado. Appy se associou aos argumentos. Em reunião com parlamentares, defendeu o maior prazo por considerar que ainda falta clareza sobre alguns pontos para que as empresas se adequem às mudanças. Foi massacrado na sessão. Os senadores resolveram manter o cronograma da reforma.

O ex-ministro dos Transportes e senador Renan Filho (MDB-AL) chegou a dizer que se podia esperar tal posição de empresários, mas não do formulador da reforma tributária. "Não é justo Bernard Appy ser agora a favor de adiar a reforma tributária", declarou.

Pela regra estabelecida na emenda constitucional que inseriu a reforma tributária, a mudança será feita de forma paulatina, num processo de transição dos atuais impostos para os novos impostos que incidirão sobre o consumo, dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs). Pela regra de transição, a partir do ano que vem começa a ser cobrada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal, da União, nesse modelo de transição.

O problema: juntamente com a Receita Federal, o Tribunal de Contas da União estabeleceu que a alíquota da CBS ficará em 13,5%. É muito maior do que se imaginava na discussão da reforma, que pensava um tributo em torno de 9%. Com isso, avalia-se que a alíquota total que o consumidor pagará em média – somando a CBS ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal – 30% de imposto sobre produtos e serviços. Um valor muito alto.

Por conta disso e de outras dúvidas é que alguns propuseram o adiamento do início. Porque o Senado precisava fixar essa alíquota até 15 de dezembro para que possa valer a transição no ano que vem. Ou seja, menos de um mês para discutir.

Na presença do presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, e do secretário da Receita, Robson Barreirinhas, o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), criticou a forma como o cálculo da alíquota foi feito. Segundo ele, sem transparência e sem que os parlamentares participassem da discussão. "Diante do sigilo absoluto que foi imposto a essa discussão entre o Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e o Tribunal de Contas da União, nós, que teremos que aprovar ou não a alíquota, ficamos de fora desse debate", reclamou.

Para Renan Filho, a discussão agora precisa se centrar no ganho que o país terá com um modelo mais simples. "É como querer montar num cavalo bravo somente depois que ele já estiver manso", comparou. "Nós vamos precisar domar esse cavalo tributário".

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Lula, Ulysses e os tubarões

A desconfiança do tal mercado e o racha na esquerda em torno do pacote de ajuste fiscal encaminhado pelo Ministério do Planejamento ao Congresso fortaleceram ainda mais o protagonismo de Lula.

Ele, mais uma vez, concentra poderes e deixa evidente que sempre terá a última palavra. A viagem para a Turquia e para as Filipinas contribuiu para que o jogo ficasse do jeito que o presidente reeleito gosta: ao desembarcar, encontrou os times formados, com argumentos e armas colocados à mesa.

Ao varrer da pauta da Câmara qualquer obstáculo à votação do pacote, Lula reafirmou de que lado está e frisou a necessidade de aprovação do projeto do jeito que vier a ser chancelado pelo Senado.

Para ele, no momento, o fundamental é evitar que as críticas às medidas aprofundem crises — como a alta do dólar e as oscilações na Bolsa — que comprometam o início do seu novo governo.

Diferentemente de aliados à esquerda, Lula sabe que não dá para brigar de peito aberto com um adversário sem rosto que, encastelado na Faria Lima, procura impor ao país um programa de acordo com seus próprios interesses disfarçado de única alternativa possível.

O conjunto conhecido como mercado atua como dono de uma verdade absoluta e irrecorrível. Passa a ideia de certeza das religiões e de regimes como o da antiga União Soviética, aponta o caminho do inferno ou da Sibéria para todos os que ousam discordar de suas crenças.

Ninguém duvida que as contas públicas iriam melhorar com mudanças na forma de reajustes do salário mínimo e das aposentadorias, com o fim do piso na educação e saúde, com cortes em programas sociais: o problema é que as medidas poderiam aumentar a pobreza, a fome e gerar um grau imprevisível de revolta social.

Como números não precisam comer, economistas infinitos seguidores de sua igreja esquecem que o Brasil é sustentado por seus cidadãos e contribuintes, e eles é que devem dar os rumos gerais de um governo.

Em outras ocasiões, como na crise de 2008, Lula mostrou que não teme bater de frente com as supostas verdades que o mercado tenta impor. Há, no PT, a convicção de que, no seu último mandato, ele não vai aceitar ser constrangido a adotar políticas de contenção de gastos que possam arranhar sua imagem.

Quer passar para a história como o presidente que promoveu a ascensão social de milhões de pessoas, não como o que impôs sacrifícios para preservar as contas no azul. Ele sabe, porém, que qualquer exagero pode colocar tudo a perder: com frequência, fracassos retumbantes foram precedidos de ótimas intenções, e ele não quer que Lula 4 seja uma reedição de Dilma 2.

Por enquanto, o presidente age como um cartum que, na saideira da ditadura, retratava Ulysses Guimarães, presidente do MDB, como comandante de um navio que enfrentava ondas pesadas em um mar cheio de tubarões. Da proa, ele gritava para o líder do cardume: "Segura os teus radicais que eu seguro os meus!"

EDITORIAL

Trump, Putin, Xi Jinping e troca de influências

A reunião inédita entre Donald Trump, Vladimir Putin e Xi Jinping, marcada para quinta-feira (19), em Shenzhen, na China, representa uma oportunidade diplomática de enorme relevância, mas também expõe os limites da capacidade das grandes potências de construir consensos em um cenário internacional cada vez mais instável. Com duas guerras de grandes proporções no horizonte — no Irã e na Ucrânia —, a expectativa é que o encontro produza algum avanço na busca pela paz. O risco, entretanto, é que prevaleçam os interesses estratégicos de cada governante sobre a necessidade de soluções duradouras.

Os três líderes chegam à mesa com objetivos distintos. Trump pretende colocar em discussão a redução dos arsenais nucleares e a guerra contra o Irã, além de buscar protagonismo como negociador internacional. Putin, por sua vez, tem interesse em recuperar espaço diplomático e obter condições favoráveis para encerrar o conflito na Ucrânia. Xi Jinping procura consolidar a influência chinesa nas relações internacionais, apresentando Pequim como interlocutora indispensável na construção de uma nova arquitetura de segurança global.

A guerra no Irã é um dos pontos que mais exigem atenção. A influência econômica e diplomática da China sobre Teerã, somada à proximidade estratégica entre Moscou e o governo iraniano, confere aos dois líderes instrumentos importantes para pressionar por uma saída negociada. Trump, que tem responsabilidade direta na condução da ofensiva americana, precisa demonstrar que a força militar não será o único caminho escolhido por Washington. Uma escalada prolongada teria consequências que ultrapassariam as fronteiras do Oriente Médio, afetando o comércio internacional, o mercado de energia e a estabilidade política de diversas regiões.

Na Ucrânia, as perspectivas são menos animadoras. Embora Trump tenha manifestado interesse em abordar o conflito, a discussão não está formalmente entre os temas prioritários do encontro. A possibilidade de Washington e Moscou discutirem os termos de um acordo sem a participação de Kiev e dos países europeus representa um precedente perigoso. Não existe paz sustentável quando as condições são impostas justamente à nação que sofre a agressão. Xi também terá de demonstrar disposição para usar sua influência sobre Putin em favor de uma solução que respeite a soberania ucraniana.

Mais do que uma fotografia histórica, a reunião precisa produzir compromissos concretos. A redução dos riscos nucleares, a contenção dos conflitos e a abertura de canais permanentes de negociação deveriam estar acima das ambições individuais. A paz mundial não pode ser tratada como instrumento de prestígio ou moeda de troca entre governos poderosos. Trump, Putin e Xi têm condições de influenciar decisivamente os rumos da política internacional. Resta saber se terão disposição para colocar essa responsabilidade acima de seus próprios projetos de poder.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Carneiro, Sultani, Lais, Inês Maria e Rinaldo no Governo em 2027

Tarcísio anuncia mais um secretário e confirma permanências para 2027

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou na terça-feira (17) mais cinco nomes para seu segundo mandato, que começa em janeiro de 2027. Leonardo Sultani, atual secretário executivo de Gestão e Governo Digital, assumirá o comando da pasta, substituindo Caio Paes de Andrade. Sultani integra o governo paulista desde janeiro de 2023 e ocupou cargos no Ministério da Economia entre 2020 e 2022.Permanecem nos cargos Roberto Carneiro, na Secretaria de Governo e Relações Institucionais; o coronel Rinaldo de Araújo Monteiro, na Casa Militar e na coordenação da Defesa Civil; e Lais Vita, na Secretaria de Comunicação. Inês Maria Coimbra também continuará como procuradora-geral do Estado, função que exerce desde 2023. Os anúncios fazem parte da formação da equipe para o próximo mandato.

Governador cobra plano da Via Mobilidade

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) cobrou da ViaMobilidade um plano para reduzir falhas nas linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, durante reunião na segunda-feira (16). A concessionária deverá reforçar a manutenção, prevenir panes e melhorar o atendimento aos passageiros. A Artesp avaliará os resultados em 30, 90 e 120 dias. A cobrança ocorre após uma falha na Linha 8, no dia 12, que levou passageiros a caminhar pelos trilhos. O governo não descarta punições mais severas, incluindo o fim da concessão.

LISSA ZIMMERMANO FARIA / GOVERNO DE SÃO PAULO



Governador se reuniu com representantes de concessionárias

Proposta de novo imposto sobre fortunas

Os deputados Pedro Uczai (PT-SC) e Merlong Solano (PT-PI) apresentaram nesta terça-feira (17) o PLP 307/2026, que cria imposto sobre patrimônios líquidos acima de R$ 15 milhões, com alíquotas de 0,7% a 3%. A proposta reúne 89 assinaturas, sendo 15 de parlamentares de São Paulo, do PT e PSOL. Na sexta-feira (13), Uczai e aliados já haviam apresentado outros quatro projetos sobre tributação de grandes fortunas, investimentos, lucros, dividendos e juros sobre capital próprio. As propostas ainda serão analisadas pelo Congresso Nacional.

Contrato de R$ 40 milhões em publicidade da CDHU

A CDHU prorrogou por mais 12 meses, até 14 de novembro de 2027, o contrato de publicidade com as agências LOLA/TBWA, Propeg Comunicação e Mene & Portela. O aditivo, assinado em 13 de novembro, prevê R$ 40 milhões para o novo período. Cada empresa apresentou garantia de R$ 400 mil. O documento também registra a mudança de nome da Lew'Lara/TBWA para LOLA/TBWA e a alteração do CNPJ da Propeg.

Paralimpíadas Escolares

São Paulo inicia nesta quarta-feira (18) a disputa pelo 14º título das Paralimpíadas Escolares e pelo sexto campeonato consecutivo. A delegação paulista terá 376 atletas, entre os 2.246 participantes de todo o país. As competições ocorrerão de 18 a 20 e de 25 a 27 de novembro, no Centro de Treinamento Paralímpico e no Ibirapuera.

Demissão voluntária

O Ministério Público do Trabalho investiga três programas de demissão voluntária da Sabesp, que resultaram na saída de 4 mil funcionários após a privatização. Há suspeitas de descumprimento de normas da OIT e falta de negociação sindical. Auditores registraram 116 infrações. A empresa nega irregularidades e afirma que as adesões foram voluntárias.

Linha 10 - Turquesa

A CPTM abriu licitação para contratar serviços de implantação de comunicação visual multimídia nas estações da Linha 10-Turquesa, que liga a capital paulista à região do ABC. O pregão eletrônico está marcado para 3 de dezembro, às 9h. As empresas interessadas podem apresentar propostas pelo portal Compras.gov.br.

Contra a corrupção

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) instituiu a Medalha do Mérito da Controladoria Geral do Estado de São Paulo. A honraria reconhecerá pessoas e instituições que contribuíram para o combate à corrupção, a transparência e a melhoria da gestão pública. A entrega será anual, em cerimônia pública, conforme decreto publicado na terça-feira(17).

Atos de Aposentadoria

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizará, na quinta-feira (19), um encontro sobre a automatização dos atos de aposentadoria pelo sistema Audesp. A iniciativa busca reduzir o preenchimento manual de dados, padronizar informações e evitar inconsistências. O evento será presencial, das 10h às 12h, com transmissão pelo YouTube.

Recorde Produção Ovos

SP bateu recorde na produção de ovos em 2025, com 1,3 bilhão de dúzias, alta de 30% em dez anos, segundo a Fundação Seade. O estado respondeu por 23% da produção nacional e movimentou R$ 7,9 bilhões. A região de Marília concentrou 45% do volume, com destaque para Bastos. As exportações chegaram a 9,2 mil toneladas, com receita de US$ 24,3 milhões.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA



Ana Castela com o prefeito e primeira-dama de São Joaquim da Barra, em 2025

Projeto de Lei pode restringir shows pagos por prefeituras

Proposta exige metas de saúde, educação e saneamento antes de gastos com shows

Por **Andre Souza**

O deputado federal Kim Kataguiri (Missão-SP) apresentou na terça-feira (17) um projeto de lei que pode impedir prefeituras de contratar shows com dinheiro público caso não cumpram metas de saneamento, saúde, educação e habitação. O texto também restringe a contratação de artistas com histórico de manifestações políticas.

Pelo Projeto de Lei 5870/2026, a cidade onde ocorrer a apresentação deverá ter pelo menos 90% da população atendida por coleta de esgoto e abastecimento de água potável. Também precisará alcançar cobertura potencial de 80% na Atenção Primária à Saúde.

Na educação, será exigida nota igual ou superior a 7,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal. Além disso, menos de 5% dos moradores poderão residir em favelas e comunidades urbanas, segundo dados do IBGE.

As condições deverão ser atendidas simultaneamente. Não há, até o momento, levantamento consolidado que indique quantos dos 645 municípios paulistas cumprem todos os critérios. O projeto também não apresenta estimativa de cidades que ficariam impedidas de financiar apresentações. Outra exigência é que o artista não tenha sido filiado a partido nos cinco anos anteriores ao show nem manifestado ostensivamente apoio ou repúdio a partidos, políticos ou políticas públicas nesse período. A proposta exige ainda regularidade no pagamento de precatórios, comprovação de recursos disponíveis e divulgação antecipada do cachê, das demais despesas e da origem do dinheiro.

As regras valeriam tanto para contratações diretas quanto para licitações e apresentações organizadas por produtoras, desde que pagas, total ou parcialmente, com recursos públicos. Os indicadores seriam exigidos da cidade do evento, mesmo quando o contratante fosse o governo estadual ou federal.

Na justificativa, Kim afirma que "não é razoável financiar shows enquanto faltam serviços essenciais à população". Dados do Portal Nacional de Contratações Públicas mostram mais de R$ 5,2 bilhões em contratos de apresentações artísticas firmados por prefeituras entre 2024 e 2025, muitas delas classificados com baixa capacidade de pagamento pelo Tesouro Nacional.

O PL ainda precisa passar pelas Comissões antes de ser levado ao Plenário para votação.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

ZANONE FRAISSAT/FOLHAPRESS



Equipe da Enel atende a chamado na zona sul de São Paulo

Aneel tem maioria para propor fim da concessão da Enel em SP

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formou maioria nesta terça-feira (17) a favor de recomendar o fim antecipado da concessão da Enel em São Paulo. Cabe ao Ministério de Minas e Energia decidir se o contrato da distribuidora será encerrado. A análise foi retomada após ser suspensa em outubro por um pedido de vista do diretor Gentil Nogueira. Na primeira etapa da votação, a relatora Agnes da Costa e a diretora substituta Ludimila Lima se manifestaram a favor da medida. A agência abriu o processo em abril após identificar falhas no restabelecimento do fornecimento de energia em situações de emergência. A Enel contesta a avaliação e afirma que ampliou os investimentos e melhorou os indicadores de atendimento. A empresa também pediu que a agência considere seu desempenho em diferentes episódios de clima severo após interrupções na rede.

Sabesp muda visual das contas de água

A Sabesp passou a emitir contas de água e esgoto com novo visual, tanto na versão impressa quanto na digital. A mudança adapta as faturas às exigências da reforma tributária e detalha as informações fiscais, facilitando a identificação dos dados. Segundo a empresa, não há alteração nas tarifas, nos vencimentos nem nas formas de pagamento. A Sabesp alerta que não cobra valores extras nem envia links para ativar a nova conta. Clientes podem tirar dúvidas pelos canais oficiais de atendimento da companhia.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Novo modelo de conta terá informações fiscais mais detalhadas.

Aena é multada por corte de árvores em SP

A concessionária Aena, responsável pelo Aeroporto de Congonhas, foi multada em R$ 50 mil pela Prefeitura de São Paulo após cortar árvores em uma praça pública no Jardim Aeroporto, na zona sul. A infração foi registrada pela Subprefeitura de Santo Amaro. A empresa alegou possuir autorização da Cetesb para retirar a vegetação por questões de segurança aérea. No entanto, a área fica fora dos limites do aeroporto e não tinha autorização municipal. O caso também levantou questionamentos sobre a fiscalização ambiental na região.

CPTM promove ações de prevenção às ISTs

A CPTM realiza até quinta-feira (19) ações de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em três estações. Os serviços começaram na terça-feira(17), em Guaianases, das 10h às 14h. Nesta quarta-feira(18), será a vez de Dom Bosco, das 9h30 às 16h30, e na quinta, Tamanduateí, das 11h às 15h. A programação inclui testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites, além de orientações sobre prevenção.

Transparência na LOA

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo debaterá o PL 752/26 nesta quarta-feira (18), das 10h às 13h. A audiência pública semipresencial a pedido de João Ananias (PT) trata de transparência, participação cidadã e governo ágil e acessível. A sessão será no Auditório Prestes Maia, no 1º andar, com transmissão online.

Comissão debate o PL

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara de São Paulo discute o PL 775/2026 nesta quarta-feira (18), das 13h às 15h. A audiência pública semipresencial será no Auditório Prestes Maia, no 1º andar, com transmissão ao vivo pelo site da Câmara. O vereador Rubinho Nunes (União) consta na programação da audiência.

PL 776/2026 em pauta

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara de SP discute o Projeto de Lei 776/2026 nesta quarta-feira (18), das 14h às 15h. A audiência pública semipresencial será realizada no Salão Nobre, no 8º andar, com transmissão ao vivo pelo site da Câmara. A vereadora Sonaira Fernandes (PL) consta na programação da sessão pública.

Reunião da CCJ em SP

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara de São Paulo realiza reunião ordinária semipresencial nesta quarta-feira (18) das 14h às 15h, com comando da vereadora Sandra Santana (MDB). A sessão será no Plenário 1º de Maio, no 1º andar, com transmissão ao vivo pelo site da Câmara Municipal.

Uso de imóvel pela PM

O governo de São Paulo foi autorizado a utilizar gratuitamente, por meio de comodato, parte de um imóvel da Companhia Nitro Química Brasileira, em São Miguel Paulista, na zona leste. São 12,4 mil m² de terreno e 1,2 mil m² de área construída. O prazo é de dez anos, prorrogável por mais dez. O espaço será destinado à Polícia Militar.

Tratamento contra o câncer

O governo também autorizou, por meio de decreto publicado na terça-feira(17), a concessão gratuita, por 20 anos, de uma área estadual de 1.438,60 m² ao GRAACC, no bairro Planalto Paulista, zona sul da capital. O imóvel será utilizado no atendimento de crianças e adolescentes em tratamento contra o câncer e seus familiares.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputada federal Adriana Ventura em audiência na Câmara dos Deputados

Deputada reage à suspensão de edital escolar na capital paulista

Chamamento previa parcerias para gerir três escolas públicas municipais

Da **Redação**

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na segunda-feira (16), um requerimento de moção de repúdio à decisão judicial que suspendeu um edital da Prefeitura de São Paulo para a gestão de três novas escolas municipais. A proposta da Prefeitura previa parcerias com organizações da sociedade civil em Parelheiros e Pedreira, na zona sul, e no Jaraguá, na zona norte.

O edital previa a oferta de ensino fundamental gratuito e em tempo integral. O modelo tem como referência o Liceu Coração de Jesus, que funciona em parceria com uma entidade salesiana. A suspensão atinge o chamamento para as três novas unidades. As atividades do Liceu seguem sob o convênio já firmado com o município.

A análise do recurso da Prefeitura estava prevista para segunda-feira na 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de SP. Um pedido de vista adiou o julgamento para 30 de novembro. Com isso, o edital e a assinatura dos termos de colaboração continuam suspensos.

Ministério Público, Defensoria Pública e Bancada Feminista do PSOL questionam a contratação de professores e gestores pelas entidades parceiras sem concurso público. Também contestam o uso de recursos públicos no formato proposto. A Justiça considerou que o avanço do chamamento poderia criar vínculos de difícil reversão antes da análise da legalidade.

A Prefeitura sustenta que a exigência de concurso vale para os cargos da rede pública direta e que as entidades parceiras podem contratar seus empregados pelo regime CLT. E afirma que, com a execução das atividades, o município manteria o controle e a responsabilidade pela política educacional.

No requerimento, Ventura argumenta que a suspensão adia a oferta de ensino integral nas três regiões. A deputada pede que sejam considerados os efeitos da medida sobre estudantes e famílias e que se avaliem soluções menos restritivas, caso sejam juridicamente cabíveis. O texto cita metas de aprendizagem, supervisão pública e prestação de contas previstas.

A parlamentar pede que, se aprovada, a moção seja encaminhada à presidência do TJ-SP, à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Educação.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), presidente do Legislativo

Moção e abaixo-assinado pedem mais vagas de ensino médio noturno

Estudantes e moradores da região da Cidade Satélite Íris, no Distrito do Campo Grande, em Campinas, estão coletando assinaturas para um abaixo-assinado que reivindica a abertura imediata de turmas do ensino médio no período noturno na Escola Estadual Professora Glória Aparecida Rosa Viana. A mobilização da comunidade ocorre em paralelo à aprovação, pela Câmara Municipal, de uma Moção de Apelo protocolada pelo vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), presidente da Casa. O documento foi aprovado pelos vereadores para ser encaminhado ao governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), e ao secretário estadual da Educação, Renato Feder, solicitando a ampliação das vagas na unidade de ensino para atender a demanda de jovens que precisam estudar à noite (levamento aponta que cerca de 180 alunos da região necessitam estudar nesse período).

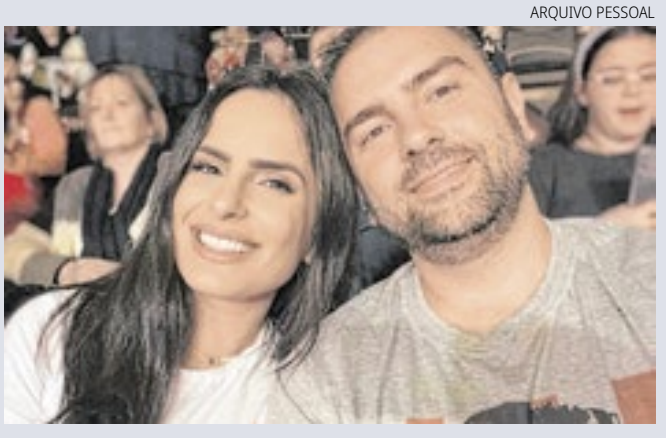
"Grande Sertão: Veredas"

De acordo com Rossini, por conta da oferta de vagas limitada nas turmas do ensino médio no período noturno, estudantes têm que se dirigir a outras unidades escolares, em bairros distantes, tendo que arcar com deslocamento, demandando tempo e por vezes recursos financeiros, além de terem que enfrentar insegurança na volta para casa. Por isso, a moção tem como objetivo assegurar a permanência dos jovens na E.E. Gloria Viana.

Polícia apura fraude em divórcio de filho de Lula

A Polícia Civil realizou na terça-feira (17) ações de busca e apreensão em Campinas e Itatiba como parte de uma ofensiva que apura irregularidades no divórcio de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do presidente Lula, e da médica Natália Schincariol. A Operação Nexus investiga crimes de estelionato, falsificação documental, fraude processual, exercício irregular da advocacia e lavagem de capitais. No total, 17 ordens judiciais atingiram nove suspeitos, sem prisões decretadas. Os alvos e os endereços permanecem sob sigilo policial.

ARQUIVO PESSOAL



Investigação policial aponta que ex-casal foi vítima de fraude

Sinfonia inacabada (Schubert)

O inquérito aponta um acordo de R$ 550 mil juntado ao divórcio com assinatura digital contestada por Natália. A polícia verifica o uso de procurações, ações e firmas para simular legalidade, e a Justiça bloqueou R$ 800 mil de quatro pessoas e cinco companhias. Coordenada pelo Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais), a investigação trata o casal como vítima da trama.

PINGA-FOGO

Não entregues

A Prefeitura abriu processos administrativos para apurar falhas na entrega de remédios e materiais destinados à rede de saúde por quatro empresas. Há atrasos e faltas de fornecimento, mas as quantidades de produtos e os valores não foram divulgados. As companhias ainda não foram penalisadas. Cabe recurso e defesa.

Anti-inflamatório

A Licite Saúde Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. responde pela falta de entrega no prazo de ampolas de dexametasona dez miligramas, remédio anti-inflamatório e imunossupressor. A empresa pode receber multa, ficar proibida de vender para a prefeitura por três anos e ser declarada inidônea por até seis.

Sondas uretrais

A Medicamental Hospitalar Ltda. é investigada por não entregar sondas uretrais. O prazo acabou em 10 de setembro, e a empresa não regularizou o envio nem deu justificativa formal. As punições previstas para este caso incluem advertência, multa e impedimento de fazer negócios com a prefeitura pelo prazo de três anos.

Kits de laboratório

A Life Care Diagnósticos Ltda. responde pela falta de entrega de kits e materiais para o laboratório da cidade. O prazo terminou em 21 de fevereiro e, mesmo após notificações da prefeitura, os produtos não chegaram. A companhia pode levar multa e ficar impedida de firmar contratos públicos por três anos.

Remédio para próstata

A Cimed Indústria S.A. é investigada por não entregar finasterida 5 mg, usada contra aumento da próstata. O prazo venceu em 10 de junho. A empresa alegou falhas na produção, pedindo extensão até o dia 26 daquele mesmo mês. Mas, a prefeitura negou o pedido citando o risco de falta apontado pela área da Saúde.

Resposta da prefeitura

A Secretaria da Saúde informou que os itens não estão em falta na rede hoje e que não houve perda de recursos, pois os pagamentos ocorrem só após a entrega. A gestão frisou que os avisos abrem processos sem punição imediata e que as empresas têm prazo de defesa. Mas, os prazos não foram informados.

ÁLVARO JR./ CÂMARA DE CAMPINAS



Contradição é questionada pela vereadora Mariana Conti (PSol-SP)

Conti critica gastos no Camprev em meio à reforma da Previdência

Critica contradição entre déficit de R$ 13 bi e aumento de gastos com cargos

Por **Raquel Valli**

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP), integrante da comissão da Câmara que analisa a reforma da previdência dos servidores municipais, criticou o aumento de despesas na estrutura administrativa do Camprev (Instituto de Previdência Social de Campinas) previsto no projeto.

Declara que é contraditório o Executivo cobrar sacrifícios dos funcionários públicos sob a justificativa de um déficit previdenciário de R$ 13 bilhões enquanto amplia os gastos com cargos e funções de direção do instituto.

"Existe uma contradição evidente na condução dessa reforma. Ao mesmo tempo em que o prefeito pede sacrifícios às servidoras e aos servidores, alegando um déficit bilionário no Camprev, o projeto cria novas despesas na estrutura administrativa do próprio Instituto, favorecendo os cargos de direção. Se a prefeitura afirma que a situação previdenciária exige sacrifícios, precisa começar dando exemplo, porque não é razoável endurecer as regras para quem dedicou a vida ao serviço público enquanto se amplia a despesa com o alto escalão do Camprev", afirma a parlamentar.

Os custos das alterações na estrutura do instituto foram detalhados em documento publicado no site da Câmara na sexta-feira (13). O levantamento deveria ter acompanhado o projeto, encaminhado pelo Executivo em 20 de outubro, mas a estimativa inicial estava incompleta. O novo documento informa que foi elaborado para atender a um apontamento, sem identificar a origem.

Entre as mudanças está a criação de um cargo de coordenador, com remuneração mensal de R$ 12.972,58, e da função de ouvidor, que acrescenta 30% ao salário. Ambas serão destinadas a servidores efetivos. O projeto também prevê pagamento mensal de R$ 4.057,84 a cada um dos cinco integrantes do Comitê de Investimentos, por uma reunião mensal. Com isso, a despesa com o colegiado ficará quase seis vezes maior. Segundo o Camprev, o impacto adicional será de R$ 488,2 mil em 2027 e R$ 512,6 mil em 2028.

Na outra ponta, a proposta endurece os critérios de aposentadoria para futuros servidores. Se aprovada, a idade mínima passará de 55 para 62 anos para mulheres e de 60 para 65 anos para homens. A pensão por morte será calculada em 50% do benefício, acrescidos de 10% por dependente.

Aval do TCU para leilão da Fazenda Remonta motiva debate público

Tribunal arquivou processo e liberarou modelo de venda, entidades convocam reunião no dia 26

Por **Moara Semeghini**

GABRIEL CELEDON/INATURALIST



A disputa pelo futuro da Fazenda Remonta (antiga Coudelaria), terreno de 162 hectares, o equivalente a 1,6 milhão de metros quadrados, localizado na divisa entre Campinas e Valinhos, ganhou um novo capítulo de mobilização. Após o Tribunal de Contas da União (TCU) arquivar a representação que questionava a venda do imóvel pelo Exército e reconhecer a validade jurídica da operação, movimentos ambientalistas convocaram uma debate pública para a próxima quinta-feira (26) com o objetivo de pressionar pela preservação definitiva da área, que compõe a zona de transição e barreira ecológica entre os dois municípios.

Embora a Fundação Habitacional do Exército (FHE) tenha anulado em agosto a arrematação de R$ 494,4 milhões feita pela construtora Alphaville, única participante do certame de julho, devido ao descumprimento de exigências técnicas e financeiras do edital, a decisão tomada pelo TCU no fim de setembro manteve aberto o caminho administrativo para uma nova tentativa de venda.

Ao concluir a análise sobre o caso, a Corte de Contas entendeu que há interesse público na alienação, considerou o leilão uma modalidade adequada e revogou a medida cautelar que havia concedido às vésperas da disputa. Segundo o parecer do Tribunal, eventual tombamento da área não impede sua comercialização, desde que o futuro proprietário cumpra as normas ambientais e urbanísticas vigentes e que a transferência ocorra apenas após a regularização formal do terreno em nome da FHE.

CERCO JUDICIAL PERMANECE

A situação em torno da propriedade vem sendo acompanhado pelo Correio da Manhã desde julho, quando a Justiça restringiu o leilão e proibiu a transferência do imóvel ao vencedor. Mesmo depois de a Alphaville arrematar a área sob forte cerco jurídico, o avanço do empreendimento seguiu bloqueado, cenário reforçado quando o Ministério Público Federal (MPF) ingressou como coautor na ação civil pública movida originalmente pela Associação Protetora da Diversidade das Espécies (Proesp), com apoio dos conselhos de meio ambiente de Campinas e Valinhos.

O arquivamento na esfera administrativa do TCU não encerra o processo que tramita na Justiça Federal nem derruba as restrições ambientais incidentes sobre a Gleba B da fazenda, onde intervenções foram proibidas em 2026. Ainda assim, como a FHE não descartou lançar um novo edital no futuro, coletivos como o movimento SOS Remonta intensificaram um abaixo-assinado online e articulam a participação popular no debate.

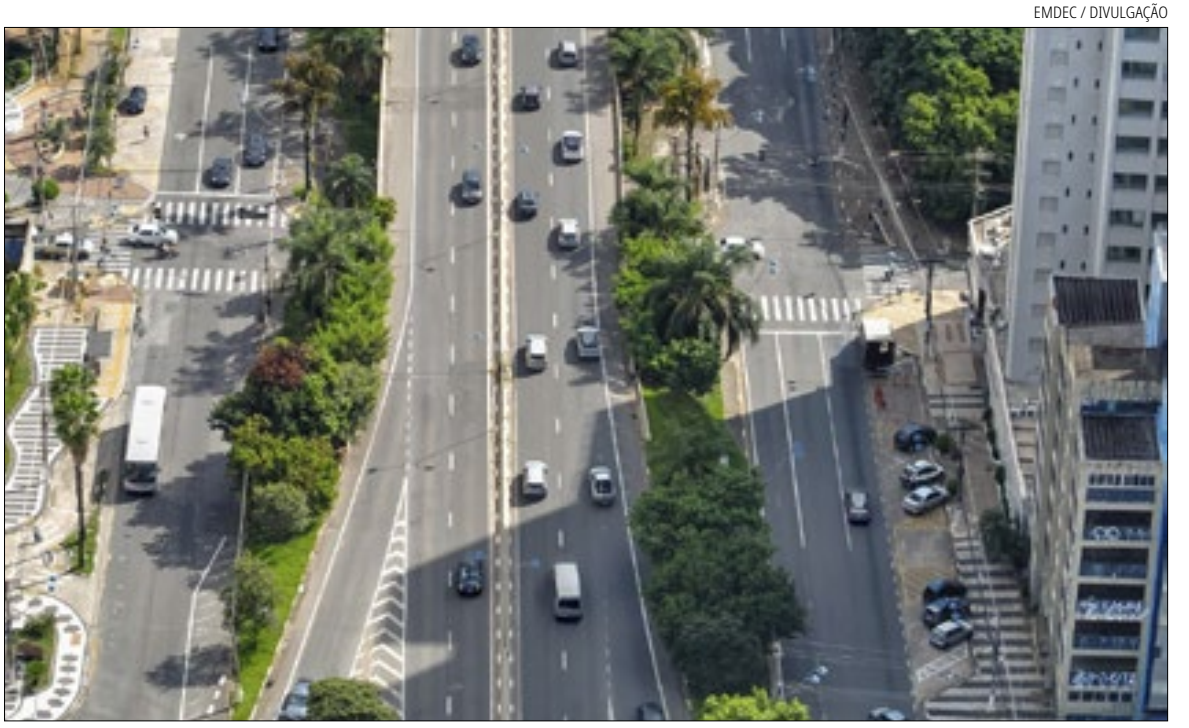
A reunião pública do dia 26 de novembro será realizada no Teatro Municipal Darci Rossi, anexo à Câmara Municipal de Valinhos. O credenciamento começa às 16h, com abertura oficial marcada para as 16h30, e os cidadãos interessados em realizar manifestação oral precisam preencher formulário prévio de inscrição disponibilizado pelos organizadores.

Criada em 1938 pelo Exército Brasileiro para a criação de cavalos, a Fazenda Remonta funciona como bacia natural de drenagem de águas pluviais e integra um corredor ecológico estratégico entre a Estação Ecológica de Valinhos e a Floresta Estadual Serra d'Água, servindo de refúgio para espécies silvestres como a onça-parda e o lobo-guará.

Emdec registra quase 11 mil infrações por distração no trânsito em 2026

Da **Redação**

EMDEC / DIVULGAÇÃO



Até outubro deste ano, 10,9 mil condutas de risco associadas à distração no trânsito

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) registrou, até outubro deste ano, 10,9 mil condutas de risco associadas à distração no trânsito. Olhar para a tela do celular ou comer enquanto dirige ou atravessa na faixa e até música alta, dentro do carro ou no fone, são alguns exemplos de desatenção no trânsito. O foco em outra atividade prejudica a percepção e a tomada de decisão do condutor ou do pedestre, e pode ser fatal.

Em Campinas, o fator de risco distração foi responsável por dois casos fatais em 2025, em vias urbanas e rodovias. Neste ano, ainda não foram comprovadas ocorrências fatais envolvendo falta de atenção no trânsito. Porém, a desconcentração no trânsito apresenta alta subnotificação nas bases de dados, já que precisa ser constatada pelos envolvidos.

"No trânsito e na circulação, é preciso estar preparado para lidar com imprevistos. Para isso, é preciso preservar todos os sentidos ao dirigir, pilotar, pedalar ou caminhar: a audição, a visão e o tato. Quando mais rápida for a sua reação em caso de sinistro (acidente), maiores as chances de minimizar os efeitos", orienta o coordenador de Fiscalização e Operação de Trânsito, Marcelo Carpenter.

Preste atenção!

Quando constatada pelo agente da mobilidade urbana, as situações que caracterizam distração no trânsito são passíveis de autuação. Conheça os comportamentos mais comuns, o total de infrações registradas em 2026 e os riscos associados: dirigir usando telefone celular (média – R$ 130,16): 795 infrações; dirigir segurando ou manuseando o celular (gravíssima - R$ 293,47): 9,9 mil infrações; dirigir o veículo com apenas uma das mãos, exceto quando permitido pelo CTB (média – R$ 130,16): 18 infrações; dirigir o veículo utilizando fones de ouvido ou outros aparelhos sonoros (média – R$ 130,16): 24 infrações; dirigir sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança (leve – R$ 88,38): 173 infrações.

Os efeitos das desatenções também podem ser agravados a partir da velocidade praticada. O excesso de velocidade, associado à distração, pode aumentar a gravidade de um possível sinistro.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

MARC SCHULTE /UNSPLASH



Projeto aprovado pela Câmara amplia a garantia de direitos

Hortolândia reconhece visão monocular como deficiência

A Câmara de Hortolândia aprovou, em sessão ordinária nesta segunda-feira (16), o Projeto de Lei nº 247/2025, de autoria do vereador Régis da Serralheria, que reconhece a visão monocular como deficiência visual para todos os efeitos legais no município. A medida garante às pessoas com a condição os mesmos direitos previstos na legislação municipal para os demais públicos com deficiência, conforme a Lei Federal nº 14.126/2021. A perda severa da visão em um dos olhos pode comprometer a percepção de profundidade, a avaliação de distâncias e a identificação de objetos nas laterais do campo visual. A comprovação deverá ser feita por laudo médico oftalmológico, com validade indeterminada nos casos permanentes. A proposta também prevê regulamentação específica para o uso do cordão de girassol. O texto segue agora para análise do prefeito Zezé Gomes, que poderá sancionar ou vetar a medida.

Indaiatuba amplia apoio a áreas atingidas

Após as fortes chuvas na região, Indaiatuba mantém equipes mobilizadas para atender moradores e produtores rurais atingidos pelo temporal em Itaici e Videiras. Pelo menos 70 árvores caíram, além de danos em casas, estradas e plantações. As equipes realizam limpeza e recuperação de acessos. Órgãos estaduais fazem vistorias para dimensionar os prejuízos agrícolas, enquanto a Prefeitura prepara decreto para formalizar providências e viabilizar medidas de apoio aos afetados em áreas rurais atingidas.

ELIANDRO FIGUEIRA GP/PMI



Equipes atuam na limpeza e recuperação de áreas rurais atingidas

Vereadores cobram a CPFL após temporais

Vereadores de Santa Bárbara d'Oeste se reuniram com representantes da CPFL para discutir o atendimento em emergências na rede elétrica, após a ventania de 7 de novembro, que provocou quedas de árvores e interrupções no fornecimento. A concessionária apresentou seu plano de contingência, estrutura de equipes e canais de atendimento. Também foram debatidos prazos de resposta, prioridades e melhorias na comunicação com a população. A empresa destacou o monitoramento climático para antecipar ocorrências e planejar operações.

Vinhedo realiza palestra sobre diabetes gestacional

Vinhedo promoveu uma ação sobre diabetes gestacional no Centro de Atenção à Saúde da Mulher (CASM), com palestra, orientações nutricionais e apresentação de tecnologia para monitoramento contínuo da glicose. A atividade também abordou os cuidados durante a gravidez e o acompanhamento pré-natal. O município disponibiliza sensores a gestantes com diabetes gestacional que utilizam insulina na rede pública.

Sessão Ordinária

A Câmara de Vinhedo aprovou dois requerimentos sobre agentes de saúde e reformas em escolas municipais durante a 80ª Sessão Ordinária. Os vereadores também apresentaram moções voltadas à infraestrutura e zeladoria. A reunião ainda recebeu dois projetos do Executivo e o processo das contas municipais de 2024. Todas foram aprovadas por unânime.

Prestação de conta 2026

O vereador Rony Tavares solicita informações à Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste sobre a arrecadação do IPTU em 2026 e a aplicação dos recursos. O requerimento pede dados sobre valores arrecadados, investimentos previstos por Secretaria, obras executadas e distribuição dos recursos entre os bairros, além de metas e prazos.

Capacitação familiar

O vereador Carlos Kuka (PL) solicita estudos para criar um programa municipal de Paulínia de capacitação de familiares e responsáveis por idosos acamados. A proposta prevê orientações sobre higiene, alimentação, medicamentos e prevenção de quedas, com suporte de profissionais das áreas de saúde e assistência social e mobilidade.

Boas Práticas em HIV/Aids

O Centro de Referência em Infectologia (CRI) de Nova Odessa conquistou o Selo Prata do Programa Estadual de Qualificação de Boas Práticas em HIV/Aids. A certificação reconhece a qualidade dos serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes oferecidos pela rede municipal de saúde, do Estado de SP.

Processo seletivo

O IBGE oferece 6 vagas temporárias para recenseadores na área de Indaiatuba, que abrange também Elias Fausto e Salto. As inscrições para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola seguem até 25 de novembro, pela internet. A remuneração pode chegar a R$ 4.370,00, além de benefícios. A prova objetiva será aplicada em 31 de jan de 2027.

Desconto de Black Friday

Artur Nogueira promove a Black Friday do comércio local nos dias 27 e 28 de novembro, com descontos e condições especiais em diversos segmentos. A campanha, organizada pela Prefeitura, busca incentivar as compras nos estabelecimentos do município, movimentar a economia e ampliar as vendas dos comerciantes participantes.

DIVULGAÇÃO/ GOVERNO DE SP



Operação cumpre mandados em Campinas, Sumaré e Hortolândia

Laboratórios de drogas são investigados em 3 cidades da RMC

Grupo é suspeito de produzir extratos de maconha com alto teor de THC

Da **Redação**

Uma operação conjunta das forças de segurança investiga a atuação de um grupo suspeito de produzir e comercializar derivados de maconha com alta concentração de THC na Região Metropolitana de Campinas. Batizada de Dry Grow, a ação foi deflagrada nesta terça-feira (17) e cumpre sete mandados de busca e apreensão em Campinas, Sumaré e Hortolândia. Até a atualização divulgada pela Polícia Federal, quatro pessoas haviam sido presas em flagrante.

A maior parte dos endereços alvos da operação está em Sumaré, onde são cumpridos quatro mandados. Outros dois são realizados em Campinas e um em Hortolândia.

A ofensiva é coordenada pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/Campinas), em conjunto com o 1º Batalhão de Ações Especiais de Polícia Militar (BAEP) e o Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2 (Deinter 2), da Polícia Civil.

Segundo a Polícia Federal, as investigações identificaram indícios de beneficiamento e armazenamento de entorpecentes, além do possível abastecimento de pontos de tráfico. Os investigadores também apuram se imóveis e pessoas jurídicas eram utilizados para dar suporte à estrutura do grupo criminoso.

O objetivo da operação é reunir provas, esclarecer como funcionava o esquema e identificar outros possíveis envolvidos. A apuração busca detalhar a dinâmica das atividades investigadas, desde o processamento dos derivados de maconha até sua possível distribuição.

O THC, sigla para tetrahidrocanabinol, é a principal substância psicoativa da maconha, responsável pelos efeitos da droga no organismo. A investigação tem como foco derivados com elevada concentração desse composto.

A ação reúne forças federais, estaduais e municipais. A FICCO/Campinas é formada pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias Civil e Militar de São Paulo e Guarda Civil de Paulínia. O trabalho também conta com a cooperação do Ministério Público, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

As diligências seguem em andamento, e a investigação busca esclarecer a atuação do grupo e identificar outros possíveis envolvidos no esquema criminoso da operação.

CORREIO DAS REGIÕES

PREFEITURA DE SOROCABA



Polícia investiga prefeito Manga por caso do elefante Sandro

Prefeito Manga é investigado por suspeita de prevaricação

A Polícia Civil de Sorocaba abriu um inquérito para investigar se o prefeito Rodrigo Manga (sem partido) cometeu crime de prevaricação durante a transferência do elefante Sandro do zoológico municipal para um santuário no Mato Grosso, em setembro deste ano. A apuração atende a um pedido do Ministério Público após denúncias da Associação Santuário de Elefantes Brasil. A entidade relatou a retirada repentina de agentes de trânsito e o efetivo insuficiente da Guarda Civil Municipal nos dias da operação, o que permitiu que manifestantes rompessem o isolamento, hostilizassem a equipe e arremessassem ovos contra os profissionais. Devido ao foro privilegiado do chefe do Executivo, o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo (STJ-SP). A polícia já ouve testemunhas; para o **Correio da Manhã** a prefeitura informou não ter sido notificada e o prefeito não se manifestou.

Maternidade de Votorantim ameaça greve

Médicos pediatras e neonatologistas do Hospital Municipal Dr. Lauro Roberto Fogaça, em Votorantim (SP), ameaçam suspender os plantões por falta de pagamento. Segundo notificações extrajudiciais, a equipe recebeu apenas metade dos valores de agosto e nada de setembro e outubro, além de cobrar 64 visitas a recém-nascidos não pagas desde abril. Os profissionais também denunciam ausência de contratos formais, troca confusa entre empresas terceirizadas, partos sem especialistas e supostas retaliações.

PREFEITURA DE VOTORANTIM



Hospital Municipal Dr. Lauro Roberto Fogaça, em Votorantim

Sorocaba aprova o orçamento de R$ 6 bi 2027

A Câmara Municipal de Sorocaba aprovou, em primeira discussão nesta terça-feira (17), a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima o orçamento da cidade em R$ 6,436 bilhões para 2027 — alta de quase 7% ante 2026. Educação (R$ 1,234 bi) e Saúde (R$ 1,129 bi) concentram as maiores fatias, superando os mínimos exigidos pela Constituição Federal (CF). Os vereadores também analisaram 477 emendas (299 acatadas, 30 rejeitadas e 148 arquivadas). Com ressalva jurídica sobre verbas vetadas, o texto segue agora para segunda votação.

MP processa Estado por falhas no CHS

Ministério Público propôs ação civil pública contra o Estado e o Seconci-SP por irregularidades no Conjunto Hospitalar de Sorocaba, que atende 48 municípios. O órgão cobra a contratação imediata de 65 profissionais de enfermagem, além de apontar déficit de fisioterapeutas nas UTIs e falhas estruturais graves, como goteiras e 14 elevadores danificados. A Saúde estadual anunciou R$ 50 milhões para reformas.

Golpistas são presos

Dois homens foram presos ontem suspeitos de aplicar golpes contra idosos em agências bancárias de Jundiaí. Usando engenharia social, a dupla invadia contas para realizar saques e transferências não autorizados. Monitorados por inteligência, os suspeitos foram localizados na região de Sumaré e tiveram a prisão preventiva decretada.

Conservatório de Tatuí

O Conservatório de Tatuí (SP) abriu processo seletivo com mais de 500 vagas gratuitas para cursos de música (erudita e popular), teatro e educação musical. As inscrições seguem abertas e devem ser feitas pela internet até o dia 30 de novembro. Há opções para todas as idades, desde iniciantes até níveis avançados e especializações.

Estudo é tema no Enem

A cientista e pesquisadora da Embrapa Mariangela Hungria, criada em Itapetininga e eleita uma das 100 mais influentes do mundo pela revista Time, foi citada em uma questão de biologia do Enem. A pergunta abordou o uso de bactérias nas raízes da soja para reduzir gastos com adubos nitrogenados, valorizando a ciência nacional.

Turismo para escolas

Sorocaba abriu inscrições para escolas interessadas em participar de projetos de turismo pedagógico no primeiro semestre de 2027. Promovidas pela Setur, as iniciativas contemplam palestras nas instituições de ensino, visitas guiadas a pontos históricos e passeios recreativos no ônibus turístico municipal para estudantes de todas as redes.

PAT Itapetininga

Posto de Atendimento ao Trabalhador de Itapetininga disponibiliza 266 vagas de emprego nesta quarta-feira (18). Há oportunidades para diferentes níveis de escolaridade e funções com ou sem experiência. Os interessados devem comparecer à unidade, na Rua Monsenhor Soares, 251, Centro, portando documentos pessoais e carteira de trabalho.

Alerta de golpe no AME

O Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Itapetininga (SP) e a Famesp emitiram um alerta urgente sobre tentativas de golpe contra pacientes. Criminosos entram em contato cobrando taxas por exames ou consultas. A unidade reforça que todos os atendimentos prestados são inteiramente gratuitos pelo SUS e nenhum valor é cobrado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



Vereador Izídio de Brito é autor da proposta de CPI das Filas em Sorocaba

Aliados de Manga travam CPI das filas em Sorocaba

Mesa Diretora aguarda parecer jurídico para definir próximos passos.

Da **Redação**

A sessão ordinária de ontem na Câmara Municipal de Sorocaba foi marcada por forte divergência regimental em torno da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das filas da saúde. Protocolado pelo vereador Izídio de Brito (PT) com 13 assinaturas — quatro acima do mínimo exigido —, o pedido prevê prazo de 90 dias para investigar a demora por consultas, exames e cirurgias na rede municipal, além de verificar o cumprimento da Lei Municipal nº 13.265/2025 sobre transparência eletrônica das filas, contratos e convênios firmados e o índice de 35% de absenteísmo registrado no último quadrimestre, quando 82.924 pacientes faltaram a 237.313 consultas agendadas. O requerimento também menciona o passivo acumulado na rede pública, que chegou a somar 78,5 mil pessoas em levantamento anterior, e busca avaliar a capacidade física, de equipamentos e de profissionais das unidades. Apesar de atingir o quórum necessário, a abertura oficial foi suspensa após parlamentares apresentarem representação questionando o acesso ao requerimento no sistema digital da Casa. Vereadores como Cláudio Sorocaba (PSD) e Tatiane Costa (PL) afirmaram que não tiveram oportunidade de subscrever o documento e protocolaram ofícios para garantir o direito de participar da comissão. Por sua vez, Izídio de Brito rebateu as críticas, sustentando que o regimento exige apenas o patamar mínimo de nove adesões para a instauração imediata e acusando os críticos do pedido de tentarem proteger o Executivo. Diante do impasse, o presidente do Legislativo, Luis Santos, encaminhou o caso ao departamento jurídico, informando que aguardará o parecer técnico antes de definir os próximos passos, sem estipular prazo, e contestou a divulgação de imagens de parlamentares que não constavam na lista inicial. Nos bastidores, o embate reflete a disputa pelo controle da condução dos trabalhos, já que os integrantes da CPI são definidos entre os signatários, em um cenário acirrado pela eleição da Mesa Diretora, marcada para 15 de dezembro, quando a presidência da Casa estará em disputa pelos vereadores da base e da oposição.

CORREIO ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ao todo, R$ 304,8 milhões podem ser retirados até 28 de dezembro

Mais de 276 mil trabalhadores não sacaram o abono salarial

Mais de 276 mil trabalhadores ainda não retiraram o abono salarial 2026. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 276.831 pessoas têm valores disponíveis para saque, que somam R$ 304,8 milhões. O prazo para receber o benefício termina em 28 de dezembro de 2026.

Os pagamentos são feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. Até 9 de novembro, foram pagos 26.588.717 benefícios, totalizando R$ 33,1 bilhões. O volume representa 98,97% do total de pagamentos previstos para o calendário deste ano. Ao todo, foram emitidas 26.865.548 ordens de pagamento, referentes ao ano-base 2024 e às revisões dos cinco anos anteriores.

Os trabalhadores podem verificar informações sobre o pagamento, os valores disponíveis e a situação do benefício pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital e pelo Portal Gov.br.

Preço do tomate dispara em diversas capitais

Nos últimos meses, o preço do tomate disparou em diversas partes do país. O aumento é provocado pelas condições climáticas que afetaram a produção. Em algumas capitais, o quilo do produto está custando até duas vezes mais do que na comparação com o início do ano, impactando na inflação dos alimentos. Segundo o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento e do Dieese, que acompanham os preços dos alimentos nas 27 capitais do país, o tomate acumulou altas expressivas em algumas cidades.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Chuvas e calor devem manter preços altos em médio prazo

Regulação de big techs pode reduzir custos

A regulação concorrencial das big techs, grandes plataformas digitais, pode gerar uma redução de custos entre R$ 15,3 bi e R$ 50,6 bi por ano no Brasil, segundo estudo da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda divulgado na segunda-feira (16). A estimativa considera os efeitos da ampliação da concorrência sobre preços e taxas cobrados por empresas de tecnologia. A proposta, que mira gigantes como Google, Meta, Amazon e Microsoft, está em tramitação na Câmara dos Deputados e pode ser votada ainda neste ano.

O levantamento considera 13 segmentos

O estudo analisa o Projeto de Lei 4.675/2025, de iniciativa do governo federal. A projeção representa um benefício equivalente a 0,1% a 0,4% do PIB, ou entre R$ 70 e R$ 240 por habitante ao ano. O levantamento considera 13 segmentos com maior exposição a riscos concorrenciais, dentro de um universo de plataformas digitais que movimentou R$ 410 bilhões em 2025, equivalente a 3,2% do PIB brasileiro.

Impacto inicial I

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, na terça (17), que a implementação da reforma tributária pode gerar pequeno impacto inicial sobre a inflação. A observação foi em resposta à preocupação manifestada por senadores com uma eventual alta do índice. Segundo o ministro, esse efeito tende a diminuir gradualmente.

Impacto inicial II

"Pode haver algum pequeno impacto inflacionário, mas estamos passando por um processo em que os empresários vão aprender a precificar seus bens e serviços de acordo com a nova legislação tributária, considerando os créditos a que têm direito e os débitos pelos quais são responsáveis", disse Durigan durante a audiência.

Alíquota de 11,3% I

Em meio a questionamentos sobre a reforma tributária, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, participa na terça (17), às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para discutir a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços. Criado pela reforma, o tributo deve entrar em vigor em 2027.

Alíquota de 11,3% II

O percentual de 11,3% recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) provocou questionamentos de parlamentares e representantes do setor produtivo, que pedem esclarecimentos sobre os critérios utilizados no cálculo e discutem a necessidade de adiar a implementação do novo tributo. O TCU aprovou acórdão, no fim de outubro.

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal pagou na terça (17) a parcela de outubro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social de final 2. Neste mês, 19,07 mi de família serão beneficiadas, com o valor médio do benefício em R$ 783,63, com gasto de R$ 14,88 bi. Os moradores de 112 municípios de oito estados receberam na segunda.

Dólar sobe

O mercado financeiro brasileiro teve uma segunda-feira (16) de forte pressão sobre os ativos. O dólar subiu mais de 2%, aproximou-se de R$ 5,80 e fechou no maior nível em cerca de um ano e meio. Na bolsa, o Ibovespa recuou quase 2%, aos 169 mil pontos, enquanto o petróleo registrou perdas superiores a 3% no mercado internacional.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Foi realizada a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

Reforma: Receita Federal descarta punição a erros de boa-fé

Secretário diz que riscos foram mapeados e empresas orientadas

Da **Redação**

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta terça-feira (17) que os riscos e desafios da implementação da reforma tributária já foram identificados e que o governo pretende orientar os contribuintes durante a transição para o novo sistema.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Barreirinhas reconheceu que as mudanças geram dúvidas entre empresas e profissionais, mas disse que os principais problemas estão mapeados.

Segundo o secretário, o sistema da Receita está em testes desde janeiro e já processou mais de 35 bilhões de documentos fiscais. Apenas nos últimos 30 dias, foram cerca de 5 bilhões. O secretário acrescentou que mais de 70% dos documentos emitidos no ambiente de testes já trazem o destaque dos novos tributos.

Barreirinhas disse que a principal preocupação apresentada por empresários é o risco de erros durante o período de adaptação às novas regras. Segundo ele, a Receita defende que contribuintes que atuem de boa-fé não sejam punidos por falhas cometidas nesse processo, desde que não ocultem informações nem tentem fraudar o sistema.

Ele afirmou que, nos casos em que houver necessidade de ajustes decorrentes de mudanças de entendimento da administração tributária, a orientação será privilegiar a correção dos procedimentos em vez da aplicação de penalidades.

APURAÇÃO ASSISTIDA

Para reduzir os riscos de erro, a Receita aposta na chamada apuração assistida, mecanismo semelhante à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda. Pelo modelo, as informações utilizadas na apuração dos tributos serão organizadas previamente pelo fisco, cabendo ao contribuinte conferi-las e fazer eventuais correções.

"Apuração assistida é igualzinho, de certa forma, à declaração pré-preenchida. Nós vamos acabar com um monte de declaração que os contribuintes têm", afirmou.

Ele lembrou que o sistema já está sendo testado por 500 empresas e deverá ser disponibilizado para todas as empresas brasileiras nos próximos dias. Também está em desenvolvimento um módulo simplificado para correção de informações.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Ingressos apareceram como esgotados no primeiro minuto de venda

Ingressos para o GP de São Paulo de Fórmula 1 de 2027 esgotados

Após diversas denúncias sobre a falta de transparência nas vendas de ingressos para o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 de 2026, que rendeu questionamentos oficiais da deputada Erika Hilton (PSOL) e do acionamento do PROCON-SP e do Ministério Público de São Paulo pelo deputado Guilherme Cortez (PSOL) em 2025, a venda dos ingressos para a etapa de 2027 foi aberta nesta segunda-feira (16) e mais uma vez foi marcada pela falta de transparência da plataforma de vendas Eventim.

As vendas foram abertas oficialmente ao meio dia, pelo site da Eventim, mas às 12h01 já havia setores completamente esgotados. Em cerca de 10 minutos, todos os setores, totalizando mais de 300 mil ingressos - incluindo setores com valores superiores a R$ 20 mil, já estavam indisponíveis, para a frustração dos fãs que sonham em ver a corrida em 2027.

Torcedores levantam suspeita contra plataforma

Nas redes sociais, uma nova enxurrada de reclamações de fãs que não conseguiram comprar seus ingressos aconteceu. Mais do que isso, eles relataram filas travadas e e erros nos processamentos de dados. Outra reclamação constante nas redes foi relacionada às agências de turismo. Minutos após o início das vendas, agências de Brasil e Argentina já anunciavam pacotes, com valores altíssimos, com ingressos garantidos em todos os setores disponíveis para os contratantes dos serviços.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Venda de ingressos para o GP de São Paulo tem polêmica novamente

Interesse pela F1 tem crescimento notável

Torcedores que historicamente marcaram presenças nas edições anteriores da etapa brasileira da Fórmula 1 não conseguiram comprar seus ingressos. A modalidade mais nobre do esporte a motor é considerada o esporte que mais cresce em termos de apoio em todo o mundo.

A reportagem do Correio da Manhã entrou em contato com a Eventim para solicitar um posicionamento, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. Caso a empresa se manifeste, o jornal divulgará a nota na próxima edição.

Flamengo e Botafogo jogam nesta quarta

Nesta quarta-feira (18), dois clubes cariocas entram em campo pelo Campeonato Brasileiro. A partir das 20h30, o Flamengo recebe o Athletico-PR no Maracanã para tentar manter a vantagem de três pontos sobre o Palmeiras. Caso perca e o Alviverde vença, o Brasileirão poderá ter novo líder no fim de semana. A partir das 21h30, o Botafogo vai a São Paulo enfrentar o Corinthians na NeoQuímica Arena.

Copa Sul-Sudeste

Novidade do calendário oficial da CBF em 2026, a Copa Sul-Sudeste, não será realizada novamente em 2027. A decisão foi tomada pela própria CBF, que enviou um ofício às seis federações envolvidas, comunicando o cancelamento. A entidade alegou a súbita redução de verbas ocasionada, segundo o comunicado, pela MP das Bets.

Não caiu nas graças

O torneio foi criado para dar atenção às equipes sem compromissos oficiais em competições da Conmebol para o início das temporadas. No entanto, os clubes da Série A não engajaram a competição, como o Internacional, que se recusou a participar, e a Copa Sul-Sudeste acabou já nascendo como uma competição voltada a clubes de menor expressão.

Planejamento afetado

O torneio, que teve sua única edição vencida pelo Avaí, que foi rebaixado para a Série C no Brasileirão no último fim de semana, já estava nos planos das equipes mais modestas, como o Brasil de Pelotas (RS). Nas redes sociais, o gestor da SAF Xavante, Fernando Ferreira, lamentou a decisão e disse que a não realização do torneio deve afetar seu planejamento.

Indefinição de vagas

No caso do Paraná, a situação é ainda mais complexa. Vencedor da Copa Paraná, o Tricolor da Vila conquistou o direito de escolher entre uma vaga para a Copa do Brasil ou para a Copa Sul-Sudeste, e optou pela segunda alternativa. Com isso, a vaga na Copa do Brasil foi para o Paranavaí, terceiro colocado da Copa Paraná.

Paraná pode herdar vaga

Com a suspensão do torneio de 2027, as diretorias tanto de Paraná quanto Paranavaí seguem sem ter uma definição sobre o caso. Existe uma expectativa de que a vaga na Copa do Brasil seja concedida ao Paraná, que foi campeão. No entanto, a diretoria do Paranavaí já havia traçado seu planejamento para 2027 com as cotas da Copa do Brasil.

Justificativa da CBF

A CBF alegou que a proibição das Bets no Brasil, realizada por conta da Medida Provisória nº 1.394, de 25 de setembro de 2026, afetou o orçamento da entidade, e que também teve dificuldades em negociar os direitos de transmissão do torneio, que foi deficitário em sua primeira edição. Para evitar novo prejuízo aos cofres, optou pela não realização em 2027.

RAFAEL RIBEIRO/ CBF



Vini Jr. termina 2026 como a grande referência da Seleção Brasileira

Seleção Brasileira faz o dever de casa e goleia Singapura por 7 a 0

Vinícius Júnior foi o destaque do time com três gols marcados na partida

Por **Pedro Sobreiro**

O Brasil venceu Singapura por 7 a 0 nesta terça-feira (17) em seu último jogo da temporada 2026. Foi a maior goleada da Seleção Brasileira desde a vitória por 8 a 0 sobre a China, em 10 de setembro de 2012, no Arruda, no Recife. A primeira partida entre as seleções terminou com gols de Vini Jr. (3), Endrick, Estevão, Rayan e Allan. O primeiro compromisso em 2027 será na Data FIFA de março já visando a disputa da Copa América de 2028 e o início das Eliminatórias para a Copa do Mundo 2030.

Apesar do resultado, o baixo nível do adversário não devolveu a confiança da torcida. A expectativa ante uma seleção semiamadora era mesmo de goleada. Qualquer resultado que não fosse esse poderia ser considerado vexame.

Com grande vantagem no placar construída ainda no primeiro tempo, a comissão técnica promoveu as entradas de Allan, Vitor Reis, Marlon Gomes e Gabriel Bontempo. Marlon e Allan deixaram impressões positivas e podem pintar nas próximas convocações.

Mas o grande nome do jogo foi Vinícius Júnior. O atacante do Real Madrid anotou três gols, incluido o 50º gol da Seleção Brasileira sob a liderança do técnico Carlo Ancelotti. Antes da partida, eram 47 tentos. A marca foi atingida aos 20 minutos do primeiro tempo, quando o camisa 7 marcou seu hat-trick.

Ele marcou cinco gols nas duas partidas desta Data FIFA, incluindo seu 100º gol com a Amarelinha, e se destacou junto aos jovens convocados. Tudo indica que o camisa 7 tenha, enfim, compreendido seu papel de protagonismo e liderança na Seleção.

BRILHO COM ANCELOTTI

Em meio a um trabalho pouquíssimo inspirado de Carlo Ancelotti à frente da Seleção, um dos poucos acertos tem sido a escalação de Vini Jr. como referência. Destes mais de 50 gols da Seleção de Carletto, o camisa 7 foi responsável por 13. A partir da chegada de Ancelotti, Vini foi um dos atletas cujos números mais cresceram. Antes, o atacante somava seis gols em 39 partidas. Comandado por seu ex-treinador no Real Madrid, ele tem 13 gols em 20 jogos e totaliza pela Seleção 19 gols em 59 partidas.

Com os três gols marcados nesta terça, Vini se tornou o primeiro jogador a marcar um hat-trick pela Seleção desde Neymar na vitória por 4 a 2 sobre o Peru, em 13 de outubro de 2020, pelas Eliminatórias.

CORREIO
NO MUNDO

SERI/DIVULGAÇÃO



Até mesmo o armazenamento de drones foi proibido em Pequim

Pequim proíbe uso, posse e transporte de drones na cidade

Pequim endureceu as regras para drones em toda a região administrativa da cidade, proibindo voos, a posse, o armazenamento e o transporte dos equipamentos e de seus componentes principais em todo o município. A medida parte do Legislativo local e passou a valer no domingo (15), data limite estabelecida para que os donos dos chamados "veículos aéreos não tripulados" enviassem o equipamento para fora da cidade, o descartassem ou o revendessem nos pontos designados pelo governo. A produção, a montagem, a emenda e a modificação ilegais de drones também foram vetadas. Estão previstas ainda recompensas para aqueles que denunciarem violações da determinação. A determinação ocorre após uma aeronave de pequeno porte bater no prédio mais alto de Pequim, a chamada Torre Citic, causando a morte de seu piloto e ferindo outras 13 pessoas em junho deste ano.

Punição que pesa no bolso dos chineses

Aqueles que descumprirem a medida terão o equipamento confiscado e poderão ser multados de 500 a 5.000 yuans chineses (R$ 433 a R$ 4.334) no caso de pessoa física, e de 5.000 a 50.000 yuans chineses (R$ 4.334 a R$ 43.344), no caso de entidade jurídica.

Já os vendedores de comércio eletrônico que não adotarem medidas para impedir a venda dos itens na cidade podem ser multados em até 100 mil yuans (R$ 86.688), um valor bastante doloroso.

IMAGEM CRIADA POR IA



Multas por violar a medida podem chegar a R$ 86 mil

Fortalecendo medidas de segurança

A justificativa para a implementação da medida é "fortalecer as medidas de segurança da capital e salvaguardar os interesses fundamentais da população", segundo o estatal Diário de Pequim. Aqueles que optaram pela revenda dos equipamentos foram obrigados a vender o drone às lojas credenciadas pelos governos distritais e, além do valor pago pela loja, recebiam do governo um "subsídio" de 30% do preço de venda, com limite de 3.000 yuans chineses (R$ 2.600), se a transação fosse concluída até 31 de outubro.

Patrulhas e inspeções rigorosas

Para negociações de 1º a 14 de novembro, o subsídio caía para 15% do preço de venda, com limite de 1.500 yuans (R$ 1.300). "As autoridades de segurança pública farão inspeções rigorosas, em conformidade com as normas, e punirão severamente qualquer descumprimento do prazo para a transferência para fora de Pequim ou qualquer armazenamento privado ilegal", disse o jornal.

Por Victoria Damasceno (Folhapress)

NSA sem comunicação

A rede interna de comunicações da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA, na sigla em inglês), responsável pela inteligência e proteção de sistemas de comunicação do governo americano, está fora do ar nesta terça-feira (17).

O sistema é usado por funcionários para trocar informações consideradas sensíveis.

Ataque descartado

Não há indícios, por ora, de que a interrupção tenha sido provocada por um ataque cibernético, segundo a imprensa local. O caso foi primeiro divulgado pela emissora CNN. Parte do Departamento de Defesa, a NSA é uma das principais agências de inteligência do país, ao lado da CIA. A rede interna usada para comunicações, chamada NSA Net, teria apresentado uma falha.

Papel da NSA

A NSA coleta e analisa informações, o que inclui a interceptação de dados, para obter informações sobre governos e organizações estrangeiras. A agência também atua na segurança cibernética e desenvolve métodos de criptografia para proteger sistemas e redes de comunicação do governo americano e das Forças Armadas contra espionagem e ataques digitais.

Trump vai para reunião

Pessoas familiarizadas com o assunto disseram à CNN que a interrupção não deve comprometer a capacidade da agência de transmitir informações ao presidente Donald Trump, que está em viagem pela Ásia. Trump está nas Filipinas e deve viajar nesta quarta (18) à China, onde tem reuniões previstas com o líder do país, Xi Jinping, e com Vladimir Putin.

Problemas técnicos

A falha ocorre após uma sequência de problemas técnicos que atingiram empresas e serviços nos EUA.

Na sexta (13), todos os voos comerciais do país foram suspensos por várias horas após uma pane nos sistemas de controle, o provocou caos aéreo e impactou aeroportos em todo o mundo, em efeito cascata.

Roteador sobrecarregado

Segundo a Administração Federal de Aviação (FAA) a instalação feita pela empresa L3Harris LHX.N, contratada pelo poder público, de um roteador sobrecarregou outros centros de controle de tráfego aéreo com uma avalanche de dados que prejudicou os sistemas de comunicação. A falha desta terça levou a NSA a adotar horários escalonados de funcionários.

REPRODUÇÃO/ X



Ação constrange Moscou antes do encontro entre o presidente com Trump e Xi

Ucrânia destrói trecho vital da ponte de Putin na Crimeia

Por **Igor Gielow (Folhapress)**

Uma série de ataques com mísseis e drones da Ucrânia, ocorrida entre a segunda-feira (16) e esta terça (17), destruiu trecho vital da ponte da Crimeia, a obra de Vladimir Putin que simbolizava a anexação da península pelos russos em 2014. Ao menos duas pessoas morreram, e o trânsito no local foi fechado.

A ação ocorre antes do encontro entre o presidente russo, o americano Donald Trump e o líder chinês, Xi Jinping. Eles farão uma cúpula inédita em que uma solução para a Guerra da Ucrânia, iniciada por Putin em 2022, será discutida sem a presença de Kiev.

Segundo imagens feitas de terra e numa sequência de vídeos divulgada pelo presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, o ataque destruiu a seção rodoviária em arco da ponte sobre o estreito Kertch, que separa a península da Rússia continental.

Esse trecho de 227 metros é o único da construção de 19 km que não tem pilastras sustentando as pistas, e sim um arco metálico acima delas, para haver trânsito marítimo entre o mar Negro ao sul e o mar de Azov ao norte.

Pelas imagens, o arco desabou no mar, o que deve atrapalhar o trânsito de petroleiros, navios de transporte de grãos e as embarcações militares da Frota do Mar Negro que a Rússia transferiu da mais exposta Sebastopol, na Crimeia, para portos no mar de Azov.

O canal tem 120 metros de largura e 8,3 metros de profundidade, o que deverá forçar sua desobstrução. O arco do ramal ferroviário da ponte sofreu danos, mas é incerto se pode desabar. Segundo Zelenski postou no X, o ataque foi uma ação que somou sete etapas em alguns meses, sendo as primeiras a destruição de posições de defesa antiaérea e radares na região.

Na segunda, drones atingiram as pistas da ponte e o arco ferroviário, e o trabalho foi finalizado nesta terça com mísseis Netuno e Flamingo, todos de fabricação ucraniana. Uma das armas citadas por Zelenski é ocidental, o míssil holandês Ruta. Sua fabricante disse que ao menos sete deles foram empregados na ação.

Zelenski comemorou a "ação sem precedentes" e, depois, afirmou que novos ataques virão. Relatos de uma terceira onda contra a ponte circularam nas redes ucranianas, mas ainda não foram confirmados.

Falando ao jornal russo Izvestia, o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, disse que o presidente havia sido informado do caso e que a ponte será reparada para ficar "ainda melhor do que antes".

O governo da Crimeia não detalhou os danos, mas disse que a ponte está fechada até segunda ordem. Nas ocasiões em que ela havia sido atingida antes, a última em junho do ano passado, houve danos sérios a suas pistas, mas de rápido reparo.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

CM



Equipe de transição do Rio e representantes da Casa Civil paulista

Equipe de transição do RJ se reúne com secretário chefe da Casa Civil de SP

A equipe de transição do futuro governo do Rio de Janeiro esteve, na tarde desta terça-feira (17), no Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo paulista, para uma reunião com representantes da Casa Civil de São Paulo. O encontro foi conduzido por Maria Gabriela Bessa, coordenadora-geral da transição e futura secretária estadual da Casa Civil, que se reuniu com o secretário-chefe paulista, Nerylson Lima. A agenda teve como foco a troca de experiências sobre modelos de governança, planejamento estratégico, monitoramento de resultados e coordenação das ações de governo. A iniciativa faz parte da preparação da futura gestão de Douglas Ruas e busca identificar práticas administrativas que possam ser adaptadas à realidade fluminense. Segundo Gabriela, a proposta é estruturar uma Casa Civil capaz de integrar as diferentes áreas do Executivo, estabelecer prioridades estratégicas e acompanhar a execução das políticas públicas. São Paulo foi escolhido como referência para o intercâmbio de experiências e avaliação de soluções que possam contribuir para o planejamento e a execução das ações do próximo governo.

Planejamento integrado

A futura secretária da Casa Civil do Rio, Maria Gabriela Bessa, destacou que a estruturação da pasta terá como prioridade integrar as diferentes áreas do governo, estabelecer metas estratégicas e acompanhar a execução das políticas públicas. Durante encontro com representantes do governo paulista, ela defendeu a construção de um modelo de governança capaz de aproximar planejamento e execução, com monitoramento permanente dos resultados.

CM



Maria Gabriela Bessa, futura secretária da Casa Civil do Rio

Experiência paulista

A passagem da equipe de transição fluminense pelo Palácio dos Bandeirantes também teve como objetivo conhecer experiências administrativas já adotadas em São Paulo. Para Maria Gabriela Bessa, o intercâmbio permite avaliar práticas de gestão e identificar soluções que possam ser adaptadas à realidade do Rio. A futura secretária da Casa Civil ressaltou que a intenção é fortalecer o planejamento governamental e aprimorar a coordenação entre as diferentes áreas da administração estadual.

Preparação antecipada

A agenda em São Paulo integra a preparação do futuro governo de Douglas Ruas. A equipe de transição busca conhecer modelos de gestão, governança e acompanhamento de resultados antes do início da nova administração. O objetivo é aproveitar experiências de outros estados e avaliar sua aplicação no Executivo fluminense.

Dados protegidos

O Governo do RJ publicou decreto no Diário Oficial estabelecendo critérios de qualificação para os encarregados setoriais e locais pelo tratamento de dados pessoais na administração pública. A medida busca ampliar a segurança e o cuidado com as informações dos cidadãos sob responsabilidade dos órgãos estaduais.

Novas regras

A regulamentação estabelece parâmetros para a atuação dos profissionais responsáveis pelo tratamento de dados pessoais nos órgãos estaduais. A iniciativa pretende padronizar procedimentos e fortalecer a proteção das informações dos cidadãos, criando critérios específicos para a qualificação dos encarregados que atuam nas diferentes estruturas da administração pública fluminense.

Formação específica

O decreto reconhece o Curso de Formação em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, oferecido pela Procuradoria-Geral do Estado em parceria com a Secretaria de Transformação Digital, como instrumento de preparação dos profissionais responsáveis por acompanhar o tratamento de informações pessoais na administração estadual.

Apoio tecnológico

O PRODERJ está desenvolvendo uma nova solução tecnológica para auxiliar os encarregados de dados pessoais dos órgãos estaduais. A ferramenta permitirá organizar e acompanhar procedimentos relacionados à privacidade e ao uso correto das informações dos cidadãos. Segundo o governo, o desenvolvimento não terá custos para os cofres estaduais.

Ação conjunta

A elaboração do decreto ficou a cargo de um Núcleo Normativo que reúne a Secretaria de Estado de Transformação Digital, a Procuradoria-Geral do Estado, a Controladoria-Geral do Estado e o PRODERJ. O grupo trabalhou na definição dos critérios para qualificação dos responsáveis pela proteção de dados na administração fluminense.

Gestão digital

A iniciativa integra os esforços do governo estadual para aprimorar a gestão das informações pessoais sob responsabilidade dos órgãos públicos. Com formação específica, critérios de qualificação e uma nova ferramenta tecnológica, a administração pretende fortalecer os mecanismos de controle e acompanhamento do uso dos dados dos cidadãos.

17 são indiciados por compra de respiradores; Rui Costa fica de fora

Caso se refere a compra de aparelhos pelo Consórcio Nordeste durante a pandemia; equipamentos nunca foram entregues

Por **Gabriela Gallo**

A Polícia Federal (PF) indiciou 17 pessoas por envolvimento na compra irregular de 300 respiradores no valor de R$ 48,7 milhões pelo consórcio Nordeste durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19. Eles foram indiciados pelos crimes de fraude na contratação sem licitação e contrato, falsificação de documentos, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O relatório da corporação foi entregue para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no último domingo (15), mas veio a público nesta terça-feira (17). No documento não consta o nome senador reeleito Rui Costa (PT-BA), que era governador da Bahia e presidente do consórcio Nordeste na época da compra dos equipamentos. A esposa do senador, Aline Peixoto, também não foi indiciada no caso.

Em 2020, o governo da Bahia fechou um contrato de R$ 48,7 milhões com a empresa Hempcare Pharma, especializada na venda de produtos a base de cannabis, para a compra de 300 aparelhos respiradores que deveriam ser distribuídos entre os estados do nordeste. A proposta era que a empresa intermediasse a compra dos equipamentos e adquirisse com uma empresa chinesa. O Consórcio Nordeste realizou o pagamento adiantado para a Hempcare, mas os equipamentos nunca chegaram aos hospitais e o dinheiro nunca foi devolvido ao caixa dos municípios.

Do total do valor perdido na compra dos equipamentos, R$ 9,9 milhões eram de verba do governo federal, de acordo como Tribunal de Contas da União (TCU).

Os investigadores passaram a mirar no nome de Rui Costa e de sua esposa nas investigações após análises de trocas de mensagens do lobista Cleber Isaac Soares, responsável pela articulação das negociações, que comentou que conversaria com o então governador, a ex-primeira-dama e o então vice-governador João Leão. Em 2024 a empresária Cristiana Prestes Taddeo, sócia da Hempcare, concedeu uma delação premiada para a PF e disse que Cleber se apresentou como amigo de Rui Costa e completou que a negociação para a aquisição dos aparelhos respiratórios foi muito rápida.

Todavia, na avaliação da Polícia Federal, as referências para Rui Costa e sua esposa foram identificadas principalmente em aparelhos celulares de terceiros, nos quais Cleber aparecia como participante de conversas individuais ou em grupos.

O aparelho telefônico do próprio lobista não foi apreendido e analisado, portanto, não foi possível realizar uma análise completa e independente dos dados. A ausência desses elementos prejudicou a possibilidade de confirmar se o empresário realmente mantinha contato com as autoridades da época ou se utilizava os nomes delas para demonstrar influência política diante dos demais envolvidos nas negociações.

Diante disso, a PF declarou que não há provas suficientes, até a atual conjuntura, que confirmem um envolvimento direto de Rui Costa com o lobista.

O OUTRO LADO

Para o Correio da Manhã, a assessoria de imprensa de Rui Costa divulgou uma nota em que reitera que o relatório da PF afirma que as referências ao nome de Rui Costa decorrem, essencialmente, de alegações feitas por terceiros, sem elementos capazes de demonstrar seu envolvimento nos fatos.

"Rui Costa sempre afirmou que não teve qualquer participação em irregularidades na aquisição dos respiradores. A conclusão da investigação reforça os argumentos apresentados pela defesa e evidencia a ausência de elementos para seu indiciamento", declarou a equipe de Costa, por meio de nota.

Temor de derrota adia votação do ajuste fiscal no Senado e pressiona governo

Sem acordo no Senado, a Câmara não votará nesta semana; governo tenta manter compensação tributária

Por **Beatriz Matos**

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Por falta de acordo entre os parlamentares, senadores optaram por adiar votação de destaques do PLP 299/2026

O risco de derrota em pontos centrais do ajuste fiscal levou o governo a adiar a votação dos quatro destaques ao projeto de lei complementar (PLP) 299/2026 no Senado. A análise, prevista para terça-feira (17), foi transferida para quarta-feira (18), após pedido do relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Oficialmente, Braga alegou necessidade de ampliar as negociações, mas o Planalto temia não reunir votos suficientes para preservar medidas consideradas essenciais.

Horas antes, o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, havia sinalizado que o Executivo tinha apoio para rejeitar os quatro destaques e concluir a tramitação nas duas Casas no mesmo dia. A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), também demonstrou confiança na manutenção do texto, tomando como referência os 45 votos favoráveis obtidos na quinta-feira (12). A avaliação, porém, mudou ao longo do dia.

Como a manutenção de um trecho questionado por destaque de projeto complementar exige 41 votos, o governo passou a trabalhar com a possibilidade de derrota.

A principal disputa envolve a compensação tributária cruzada, mecanismo que permite às empresas utilizar créditos de determinados tributos para abater valores de dívidas em outros. O governo pretende restringir essa possibilidade, o que poderia ampliar a arrecadação federal entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões em 2027. A medida enfrenta resistência de setores empresariais e da oposição.

Segundo o senador Carlos Portinho (PL-RJ), o governo chegou a oferecer a retirada de dispositivos relacionados aos repasses da Lei Kandir para manter as restrições à compensação cruzada. A negociação não avançou. Braga pediu mais tempo para construir um entendimento e deverá apresentar um novo parecer sobre as emendas, antes de submeter a matéria à votação em turno suplementar.

A oposição também busca impedir o adiamento de repasses da Lei Kandir a estados e municípios e retirar o limite anual de R$ 3 bilhões previsto para determinadas compensações previdenciárias.

GOVERNO SOB PRESSÃO

O líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE), reconheceu a dificuldade das negociações e afirmou que o Executivo busca uma solução antes da retomada da sessão. "Vamos tentar encontrar uma solução até amanhã", declarou.

A compensação cruzada permanece como o principal ponto de resistência do governo, que busca preservar o impacto fiscal previsto para o ano que vem. A disputa também envolve os repasses da Lei Kandir, destinados a compensar estados e municípios por perdas de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações.

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, também participou de uma reunião com Davi Alcolumbre, Eduardo Braga e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), na tentativa de superar o impasse. Moretti afirmou que a expectativa é de que o Senado vote os destaques nesta quarta-feira (18), após uma nova rodada de negociações.

CÂMARA PREVISÃO DE VOTAÇÃO

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia anunciado o deputado cearense Mauro Benevides Filho (União-CE) como relator, indicando disposição para votar o ajuste ainda na terça-feira. O governo chegou a retirar a urgência constitucional de um projeto relacionado às casas de apostas para liberar a pauta.

Ao deixar a Câmara, afirmou que aguardará a conclusão da análise pelos senadores antes de definir o calendário e evitou garantir uma votação ainda nesta semana.

Questionado se havia sido surpreendido pela decisão do Senado, respondeu que "todo mundo esperava hoje". A mudança também ocorre diante da viagem de Motta a Buenos Aires, prevista para a manhã desta quarta-feira, com retorno na quinta-feira (19), também pela manhã.

Segundo Paulo Pimenta, caso o Senado conclua a votação na quarta-feira, a expectativa passa a ser de análise na Câmara na próxima terça-feira (24). O líder explicou que Motta pretende comandar pessoalmente a sessão de votação do ajuste.

Ao Correio da Manhã, Mauro Benevides destacou a importância da aprovação para a organização do Orçamento de 2027. "Nós temos que aprovar até sexta-feira", afirmou, antes da mudança no calendário.

RESISTÊNCIAS NA BASE

Mesmo com o esforço para acelerar a tramitação, o ajuste encontra oposição entre parlamentares da esquerda. O deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) afirmou ao Correio da Manhã que sua bancada mantém posição contrária à proposta e pretende apresentar sugestões ao ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

"Não vamos negociar, não. Vamos pedir a mudança, pedir mais tempo e apresentar uma série de projetos que a gente vai ver se ele está disposto a incorporar", declarou.

Segundo Tarcísio, o PT decidiu apoiar a proposta, enquanto o PCdoB ainda discutia seu posicionamento. O parlamentar afirmou ter conversado com integrantes petistas que passaram a defender o ajuste após novos esclarecimentos, mas negou que essa mudança estivesse relacionada a concessões feitas pelo governo.

"Nada foi negociado. Eles só chegaram à conclusão, acho que com exceção dos deputados do Lindbergh, um ou outro, foram convencidos de que não deveriam votar contra", relatou.

Em meio às divergências, Moretti se reuniu com a bancada do PT na Câmara para apresentar esclarecimentos sobre o pacote e tentar reduzir as resistências internas. O encontro também marcou uma reaproximação com o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que vinha criticando a condução das negociações.

Nas redes sociais, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) publicou um registro da reunião com a frase, "Lindbergh e Moretti fazem as pazes". A manifestação ocorreu após uma sequência de críticas públicas do parlamentar ao ministro, especialmente sobre a falta de diálogo com a base governista.

Entre as principais críticas do PSOL estão a redução do limite de crescimento real das despesas, de 2,5% para 2% em determinadas situações, e os possíveis efeitos das mudanças nas regras fiscais sobre os recursos destinados à saúde.

Tarcísio reconheceu como positivos os dispositivos que tratam da revisão de benefícios tributários e do combate aos supersalários, mas afirmou que essas medidas não compensam os pontos considerados prejudiciais por sua bancada.

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS/LINDBERGH FARIAS



Após atritos, Bruno Moretti e Lindbergh Farias fizeram as pazes



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Presidente do PRTB convida Nikolas Ferreira a se filiar ao partido

REPRODUÇÃO



Avalanche afirmou que pretende procurar Nikolas pessoalmente para reforçar o convite

■ **O presidente nacional do PRTB, Leonardo Avalanche, convidou o deputado federal Nikolas Ferreira (PL) a integrar a legenda após o parlamentar afirmar que pode deixar o PL caso o partido apoie a reeleição de Hugo Motta (Republicanos) à presidência da Câmara dos Deputados. Em entrevista exclusiva à coluna, Avalanche criticou a possível aliança e afirmou que pretende procurar Nikolas pessoalmente para reforçar o convite.**

■ "Nikolas Ferreira tem porta aberta conosco. Basta lembrar que ele foi eleito vereador pelo PRTB na época, né? Então, tá feito convite com o Nikolas, não só pro Nikolas, pra todos os deputados que estão insatisfeitos com o que foi vendido na campanha", afirmou Avalanche.

■ **O dirigente disse que pretende ir ao gabinete de Nikolas para conversar sobre uma eventual mudança de partido. Segundo ele, outros deputados também estariam insatisfeitos com as articulações políticas e poderiam receber convites para ingressar no PRTB.**

■ Nikolas declarou, em entrevista concedida à rádio 98 News, na segunda-feira (16), que o apoio a Motta tornaria insustentável sua permanência no PL. O deputado mineiro tem feito críticas à condução da Câmara e à atuação de Motta diante de pautas defendidas pela oposição.

■ **Avalanche também criticou o senador Flávio Bolsonaro (PL) por ter viajado aos Estados Unidos após ser derrotado pelo presidente Lula no segundo turno da eleição presidencial. Para o dirigente, a decisão representou um abandono de seus aliados políticos.**

■ "Depois da eleição nós tivemos um cara que acabou fugindo do país e eu acho que comandante de verdade, não abandono o barco, né?", afirmou. "Errou, errou muito. Eu acho que prova que ele deve ter alguma coisa que vai ser revelada ainda, que não é perseguição política."

■ **As declarações ocorrem em meio às articulações para a eleição da presidência da Câmara, prevista para fevereiro de 2027. O PL ainda discute seu posicionamento na disputa, enquanto Hugo Motta busca apoio para permanecer no comando da Casa.**

Relator da PEC da maioridade penal quer separar adolescentes de presos adultos

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputado Mendonça Filho é relator da PEC

■ **O deputado federal Mendonça Filho (PL), relator da PEC que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, defendeu nesta terça-feira (17), durante reunião da comissão especial da Câmara, que adolescentes condenados criminalmente cumpram pena em estabelecimentos separados dos presos adultos. O parlamentar pretende incluir essa exigência no texto da proposta.**

■ A medida busca impedir que jovens de 16 e 17 anos sejam encaminhados aos mesmos presídios destinados a maiores de idade, caso a redução da maioridade penal seja aprovada pelo Congresso Nacional.

■ **"Meu relatório será favorável à redução da maioridade penal, com esses destaques de que o cumprimento da pena será de forma separada e que a gente vai levar em consideração o fato de ser jovem, mas que precisa ser punido, precisa", afirmou Mendonça Filho durante a reunião.**

■ Segundo o parlamentar, a preocupação é evitar que adolescentes passem a conviver com criminosos adultos, inclusive integrantes de organizações criminosas. O relator também deixou claro que pretende levar a discussão ao plenário da Câmara. "Quem quiser que vote contra, mas esse tema vai ser levado para o plenário", declarou.

■ **A proposta em discussão é a PEC 32/2015, que altera o artigo 228 da Constituição Federal para permitir a responsabilização criminal a partir dos 16 anos. Atualmente, adolescentes que cometem atos infracionais são submetidos às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece um período máximo de três anos de internação.**

■ A PEC teve sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e passou a ser examinada por uma comissão especial, responsável por discutir o conteúdo da mudança constitucional.

■ **Para entrar em vigor, a proposta ainda precisará ser aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado, com o apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares de cada Casa.**

Gonet vê risco a testemunhas e defende prisão de policial ligado a Vorcaro

■ **O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu ao STF que mantenha a prisão preventiva de Anderson Wander da Silva Lima, policial federal investigado por atuar em benefício de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Na manifestação, Gonet apontou risco de novas intimidações a vítimas e testemunhas caso o investigado seja colocado em liberdade.**

■ No documento, a PGR afirma que existem provas significativas de que Anderson atuava dentro da Polícia Federal para favorecer a organização criminosa. Ele é apontado como integrante de um núcleo chamado "A Turma", responsável por obter ilegalmente informações sigilosas sobre desafetos de Vorcaro para subsidiar ameaças e intimidações.

■ **A investigação descreve o grupo como um braço potencialmente armado da organização criminosa, com a participação de pelo menos três policiais federais, sendo dois aposentados e um ainda em atividade.**

■ "A liberdade dos investigados representa risco concreto de reiteração das práticas delitivas, além da possibilidade real de coação de vítimas e testemunhas", afirma trecho da representação policial reproduzido pela PGR. O documento menciona Leandro Garcia e Luis Felipe Woyceichoski como pessoas que já teriam sido alvo de intimidação.

■ **A defesa de Anderson nega sua participação na organização criminosa e sustenta que as consultas realizadas no sistema imigratório da PF envolviam dados restritos, mas não sigilosos. Os advogados também pediram que ele recebesse tratamento semelhante ao concedido à delegada Valéria Vieira Pereira da Silva, afastada do cargo público no âmbito da investigação.**

■ Gonet rejeitou os argumentos, afirmando que não foram apresentados fatos novos capazes de justificar a soltura. O procurador-geral também destacou que ainda existem diligências pendentes e que a liberdade do investigado poderia comprometer o andamento das investigaçõe

PINGA-FOGO

■ **COMPLEXO DO LAGOON É MUITO MAIOR DO QUE UM ESTÁDIO DE REMO. LICITAÇÃO DESPERTA POLÊMICA E CHAMA ATENÇÃO - O setor do turismo e o de gastronomia foi surpreendido com a publicação no Diário do Estado do Rio, na última segunda, 16, do edital de concessão de uma mais nobres na zona sul, no apagar das luzes da gestão do governador interino Ricardo Couto.**

■ Rotulada como Complexo do Estádio de Remo da Lagoa, o imóvel é muito mais do que um equipamento esportivo, é um complexo de gastronomia, eventos e entretenimento na beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, de valor inestimável, que será licitado no final de um gestão interina, e na iminência da posse de um governo que assume 20 dias depois da abertura das propostas, prevista para 16 de dezembro de 2026.

■ **Pela relevância do equipamento e do valor imobiliário, ninguém compreendeu o edital que garantirá a posse do complexo por 20 anos.**

■ O documento do estado "destaca-se a importância da recuperação e do pleno aproveitamento do Estádio de Remo da Lagoa, que conta com mais de 20.000 m² de área construída, contemplando espaços passíveis de exploração econômica para diversas atividades, tais como espaço multifuncional para reuniões, palestras, convenções, restaurantes, quiosques, bares, casa de shows, jardim, deck e estacionamento."

■ **O calendário surpreende: "de 16/11 a 08/12/2026: retirada do edital e vistorias (agendamento por e-mail). Até cerca de 04/12/2026 (3 dias úteis antes da abertura): prazo para impugnações e esclarecimentos. 09/12/2026, 11h: entrega presencial dos envelopes. Após a assinatura: posse em até 30 dias úteis, Plano de Negócios em 10 dias, Projeto Básico em 6 meses, intervenções obrigatórias em 18 meses e obras do plano em 12 meses após as aprovações. Primeira avaliação do IDC 12 meses após o recebimento do imóvel."**

■ Veja o tamanho do Imóvel na Av. Borges de Medeiros, 1.424 (Lagoa). Área construída concedida de 8.665,72 m² (5.899,27 m² equivalentes): Bloco 1, prédio principal de 3 pavimentos (4.069 m²); Bloco 2, antigo cinema/teatro com foyer e mezanino, cobertura e arquibancada (2.481 m²); Bloco 3, laje descoberta de estacionamento (2.116 m²). Ficam fora o térreo do Bloco III (boxes de barcos e administração), que terá Termo de Permissão de Uso próprio com entidade desportiva (Federação/Confederação de Remo, canoagem e paradesporto), e a concessionária deve respeitar esse termo.

■ **Uma análise revela "é imprescindível compreender a necessidade da concessão para a recuperação e a melhor utilização do espaço público, em especial do Estádio de Remo da Lagoa — por vezes denominado Complexo do Estádio de Remo da Lagoa —, observando os preceitos de sua criação, de modo a gerar benefícios à sociedade sem impor ônus ao Poder Público. Nesse sentido, destaca-se a importância da recuperação e do pleno aproveitamento do Estádio de Remo da Lagoa, que conta com mais de 20.000 m² de área construída, contemplando espaços passíveis de exploração econômica para diversas atividades, tais como espaço multifuncional para reuniões, palestras, convenções, restaurantes, quiosques, bares, casa de shows, jardim, deck e estacionamento.**

■ Localizado na Avenida Borges de Medeiros, o imóvel possui características que possibilitam seu uso como complexo integrado de bares, restaurantes, eventos variados, convenções e também casa de espetáculos, promovendo a geração dos recursos indispensáveis para a execução das obrigações específicas relativas à reforma e remodelação do espaço. Tais atividades deverão ser integradas às práticas náuticas esportivas na Lagoa Rodrigo de Freitas, especialmente remo e canoagem, constituindo, ainda, uma potencial fonte de receita para o Estado."

■ **Um conhecido advogado eleitoral e especialista em concessões se debruçou sobre o edital e apontou várias falhas que deverão gerar contestações. Não se trata de uma simples concessão de um estádio de remo, mas de um equipamento que foi retomado pelo estado do Rio depois de uma longa batalha judicial e a sua concessão deveria passar por audiências públicas e se transformar em um equipamento vivo para a cidade. O novo governador, Douglas Ruas, tem todo o dever de participar deste processo licitatório até porque os embates jurídicos que deverão ocorrer sob sua administração.**

■ No caso do Lagoon, a grande questão é descobrir qual é o X do P...roblema.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Hotéis 5 estrelas discutem impacto da Reforma Tributária e tendências do mercado imobiliário

Fusão das Secretarias de Turismo e Cultura do estado também foi pauta no encontro

FOTOS DIVULGAÇÃO



Encontro foi realizado no Othon Palace, em Copacabana



O secretário de Fazenda do estado, Guilherme Mercês, recepcionado pelo presidente da Associação de Hotéis, José Domingo Bouzon, e do presidente do HoteisRIO, Alfredo Lopes



William Rodrigues, do Miramar by Windsor, Carolina Mescolin, do JWMarriott Rio de Janeiro, e Jorge Rodrigues, do Othon Palace Copacabana Rio



Mauricio Júnior, do Hotel Nacional, Theresa Jansen, superintendente do HoteisRIO, e Ulisses Marreiros, do Copacabana Palace



Alfredo Lopes, Ana Ribeiro, da Prefeitura do Rio, e Cesar Mello, do Grupo RENTA



Gerard Bourgeaiseau e Sintia Gomes, do Sheraton Rio



Alfredo Lopes, Jorge Rodrigues e Ana Ribeiro

O Othon Palace Copacabana Rio recebeu o encontro dos diretores e gerentes gerais dos hotéis cinco estrelas da capital, evento promovido pelo HotéisRIO e conduzido pelo presidente Alfredo Lopes. Entre os convidados, estiveram Guilherme Mercês, secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ); César Mello, diretor do Grupo RENTA Engenharia; Eduardo Rosman, da Etepar Construções; e Ana Ribeiro, da Prefeitura do Rio.

Um dos principais temas da pauta foi o impacto da Reforma Tributária sobre o setor hoteleiro. O secretário Guilherme Mercês fez uma breve análise do momento que o estado está atravessando. À frente da Secretaria de Fazenda pela segunda vez — a primeira foi em 2021 —, Mercês ressaltou que conhece bem as angústias dos empresários e que está otimista com a Reforma Tributária. "O governo de Ricardo Couto está fazendo a diferença para o Rio de Janeiro. Na Sefaz, o déficit de R$ 19 bilhões está sendo revertido. O respeito aos bons empresários tem sido a tônica da administração", registrou o secretário". Mercês deu como exemplo a arrecadação do setor de combustíveis, que aumentou 80% nos últimos meses, sem elevação da carga tributária.

Na sequência, César Melo, diretor do Grupo RENTA Engenharia, com mais de 35 anos de experiência no gerenciamento de projetos e obras de engenharia civil, defendeu a modernização de edificações históricas em pontos turísticos importantes, por meio de retrofits, revitalizações e atualização tecnológica. "O retrofit, em especial nas áreas turísticas, vale a pena. Porém, é importante a gestão e análise das possibilidades de economia ao longo do processo de execução de uma obra", ressaltou. Com sede no Rio de Janeiro, a empresa atua especialmente na construção, expansão e revitalização de empreendimentos corporativos e residenciais.

HUGUETTE GALLO



Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

FOTOS: GILBERTO SANTOS JR

78 anos da Sociedade Hípica de Campinas reúne Frejat e Orquestra Carlos Gomes em noite inesquecível



A festa foi organizada pela diretoria social e equipe, sob a liderança do presidente Eduardo Coelho e da diretora Sílvia Zavaglia Coelho



Márcio Urbano, Daniela Urbano e Luiz Vargas



Nati e Zulmiro Furlan

Os 78 anos da Sociedade Hípica de Campinas celebrado no último sábado, 14, foi marcada por grande produção musical e gastronômica (Delikatessen Buffet). O cantor Frejat colocou o público para cantar em coro os maiores sucessos do rock nacional. A Orquestra 'Carlos Gomes & Singers' (com Guga Costa, Isabelle Dumalakas e Rodrigo Duarte) foi comandada pelo maestro Silas e Lara Ziggiatti, embalando os convidados com um repertório de música brasileira, jazz e clássicos internacionais. A ambientação sofisticada ficou a cargo de Carla Magalhães.



José Volpe e Rochelle Abdalla



Rogério Outsubo e Poty Camargo



Marcelo e Karina Coelho



Nero Verni e Marília Tannuri



Graciela e Rafael Simionato



Priscila Vitor e Pedro Goncalvez



Fernando Bomtorin e Andrea Coelho

Feriado de sexta deve movimentar R$ 2,5 bilhões no turismo do estado de São Paulo

Projeção aponta circulação de 2,1 milhões de turistas no estado entre os dias 20 e 22 de novembro

FOTO: DOUGLAS PITON



Itanhaém espera receber cerca de 150 mil visitantes

Da **Redação**

O feriado prolongado do Dia da Consciência Negra deve movimentar R$ 2,5 bilhões na economia do turismo paulista, com a circulação estimada de 2,1 milhões de turistas e excursionistas entre os dias 20 e 22 de novembro. Os dados são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, com base em sondagem realizada com gestores de municípios turísticos.

A expectativa é de ocupação média de 67,9% nos meios de hospedagem durante o período. Em algumas cidades, a procura deve ser maior. Itaóca, no Alto Vale do Ribeira, projeta ocupação máxima. No litoral, São Vicente e Itanhaém esperam receber cerca de 150 mil visitantes cada, enquanto Peruíbe estima a chegada de 120 mil pessoas. No interior, Mogi Guaçu e Cachoeira Paulista projetam aproximadamente 100 mil visitantes cada.

A agenda cultural deve estar entre os principais atrativos do feriado. Segundo a sondagem do CIET, 58,1% dos municípios confirmaram a realização de eventos especiais para atrair visitantes. Além disso, 59,7% dos gestores destacaram que a data contribui para resgatar e preservar tradições locais.

A programação inclui festivais temáticos, como o AfroFest, em Bertioga; o 2º Negritude Araçatuba; e a Semana da Consciência Negra, em Praia Grande. Também estão previstas celebrações imersivas, como a realizada no quilombo Cangume, em Itaóca, além de encontros gastronômicos e religiosos. Em Ribeirão Pires, o 1º Encontro de Motorhomes amplia as opções de atividades para quem pretende viajar pelo estado.

A preparação dos municípios envolve medidas para lidar com o aumento da circulação de pessoas. De acordo com o levantamento, 74,2% das cidades promovem ações de conscientização ambiental durante o período.

A expectativa para o feriado de novembro acompanha o desempenho do turismo paulista ao longo do ano. Na avaliação dos feriados prolongados realizados até o momento, 72,6% dos gestores municipais afirmaram que o movimento turístico em 2026 está acima do registrado no mesmo período de 2025. Outros 21% consideraram o desempenho equivalente ao do ano passado.

A sondagem reúne informações de gestores municipais e considera as expectativas para o período de 20 a 22 de novembro. Os dados apontam diferenças entre os destinos, com cidades que esperam receber grandes fluxos de visitantes e outras que apostam em eventos culturais e atividades de lazer para atrair o público.

Além da movimentação econômica, a programação da Consciência Negra destaca manifestações culturais e tradições afro-brasileiras em diferentes municípios. Festivais e celebrações ampliam as opções para quem pretende aproveitar o feriado no litoral ou no interior paulista.

O levantamento mostra que a movimentação não se concentra em um único tipo de destino. Enquanto municípios do litoral projetam receber milhares de visitantes, cidades do interior apostam em atrações culturais e eventos locais. A programação inclui atividades ligadas à história e à identidade das comunidades, além de opções de lazer para diferentes perfis de turistas.

Estado de SP tem 16,9 mil vagas nesta semana

Da **Redação**

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem 16.912 vagas de emprego nesta semana, distribuídas em mais de 200 unidades no estado. A plataforma gratuita Trampolim também reúne vagas e cursos de qualificação.

Entre as ocupações com mais oportunidades estão auxiliar de logística, com 3.021 vagas; alimentador de linha de produção, com 1.755; faxineiro, com 900; operador de telemarketing ativo e receptivo, com 579; operador de caixa, com 497; e atendente de lojas e mercados, com 496. Também há vagas para servente de obras (390), vendedor de comércio varejista (385), conferente de carga e descarga (378) e repositor de mercadorias (345).

Os PATs com mais vagas são os de Valinhos, com 1.844, Santana de Parnaíba, com 1.622; Barueri, com 926; Itapevi, com 877; e Embu, com 811. Na sequência aparecem Indaiatuba (547) e Marília (524).

A região administrativa de São Paulo concentra 6.986 vagas, seguida por Campinas, com 5.185. Sorocaba reúne 1.209 oportunidades, São José dos Campos, 835; Marília, 654; Santos, 549; Ribeirão Preto, 309; São José do Rio Preto, 278; Barretos, 274; Franca, 228 e Bauru, 163.

FOTO: GOVERNO DE SP



O Estado de São Paulo é a unidade que mais gera vagas de emprego

Para atendimento em um PAT, é necessário apresentar RG, CPF e Carteira de Trabalho. As unidades oferecem serviços gratuitos de intermediação de mão de obra e habilitação ao seguro-desemprego. Os endereços estão no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. As vagas podem ser preenchidas a qualquer momento, e a quantidade varia ao longo do dia.

A plataforma permite buscar vagas por área e localização e oferece cursos de qualificação, testes de habilidades e ferramenta para criação de currículo. O serviço também tem seção para pessoas com 60 anos ou mais, com acesso a cursos para apoiar a recolocação profissional.

SP gasta R$ 3,08 bilhões com Lei de Drogas

Análise mostra que presídios tiveram 41,4% das despesas estaduais

Da **Redação**

O sistema de justiça criminal de São Paulo destinou R$ 3,08 bilhões à aplicação da Lei de Drogas em 2024, segundo levantamento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). O valor corresponde a 11,1% do orçamento das instituições paulistas analisadas. No país, a despesa estimada chegou a R$ 14,5 bilhões, considerando os 26 estados, o Distrito Federal e os órgãos federais incluídos na pesquisa realizada.

O sistema penitenciário concentrou 41,4% dos gastos paulistas com a legislação. O sistema socioeducativo, responsável pela execução de medidas impostas a adolescentes, respondeu por outros 22,6%. Juntos, os dois sistemas somaram 64% da despesa estimada para o estado. A Polícia Civil ficou com 14,3%, seguida pelo Tribunal de Justiça, com 12,8%, e pela Polícia Militar, com 4,4%. Ministério Público e Defensoria Pública responderam por 2,5% e 2%, respectivamente.

São Paulo teve o maior gasto socioeducativo em valores absolutos, com R$ 697,3 milhões. O Rio de Janeiro aparece em seguida, com R$ 153,8 milhões, e o Paraná, com R$ 150,8 milhões. Em todo o país, as despesas dos sistemas socioeducativos atribuídas à aplicação da lei chegaram a R$ 1,4 bilhão, cerca de um décimo do total calculado pelo estudo.

Na comparação com o orçamento de cada estado, o Paraná registrou a maior proporção de gastos com a lei, com 11,8%, seguido pelo Espírito Santo, com 11,5%, e por São Paulo, com 11,1%. A média entre as unidades foi de 7,9%. No cálculo nacional, as PM´s e os sistemas penitenciários concentraram 48,9% dos recursos disponíveis.

É a primeira vez que o projeto Drogas: Quanto Custa Proibir reúne dados de todas as unidades da Federação e de instituições federais. O levantamento considera despesas ligadas à atuação policial, à investigação, ao julgamento e à execução de penas e medidas socioeducativas. Na esfera federal, o cálculo inclui, entre outros órgãos, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e os Tribunais Regionais Federais pelo país.

Os pesquisadores fizeram 898 pedidos de dados e esclarecimentos pela Lei de Acesso à Informação entre janeiro de 2025 e julho de 2026. Também consultaram bases do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Secretaria Nacional de Políticas Penais. O estudo adotou a despesa liquidada, etapa da execução orçamentária em que se verifica o direito do credor ao pagamento.

O CESeC considera o total subestimado porque parte dos gastos, como os de operações policiais, ficou fora da conta. Segundo o levantamento, algumas instituições não produzem ou não organizam as informações solicitadas de modo que permita identificar essas despesas. A lacuna dificulta a apuração do custo de mobilizar efetivo, veículos e equipamentos em cada ação.

Para dimensionar esses gastos, um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro estimou um custo mínimo de cerca de R$ 440 milhões para 1.965 operações policiais realizadas em 2024. O cálculo incluiu itens como viaturas, helicópteros, blindados e munição. A cifra diz respeito ao conjunto de operações analisadas no estado fluminense, sem atribuir todas elas à aplicação total da Lei de Drogas.

O relatório também compara o valor registrado nacionalmente com o custo de outras políticas públicas. Em cenários separados, os pesquisadores estimam que o mesmo montante poderia custear um ano de Bolsa Família para cerca de 1,8 milhão de famílias ou financiar a construção de 2.536 creches.

A estimativa total para a área da saúde equivale à construção de 5.881 centros de atenção psicossocial.

DIVULGAÇÃO/ILUSTRAÇÃO DE MATHEUS RIBS



O sistema penitenciário de SP foi responsável por 41,4% dos gastos e o sistema socioeducativo a adolescentes, por outros 22,6%

Cesta básica sobe 1,92% em outubro na cidade de SP

Da **Redação**

O custo médio da cesta básica na cidade de São Paulo subiu 1,92% em outubro e chegou a R$ 1.373,48, segundo levantamento da Fundação Procon-SP em parceria com o Dieese. O valor era de R$ 1.347,61 em 30 de setembro. A diferença entre as duas medições foi de R$ 25,87, com o novo preço apurado em 31 de outubro de 2026.

Dos 39 produtos acompanhados, 27 ficaram mais caros, dez tiveram redução de preço e dois permaneceram estáveis. Com o resultado de outubro, a cesta acumula alta de 6,81% em 2026. Nos 12 meses encerrados em outubro, o aumento foi de 5,98%.

A cebola registrou a maior alta entre os produtos pesquisados. O preço médio do quilo passou de R$ 7,77 para R$ 8,36, avanço de 7,59%. Segundo o Procon-SP, a redução da área plantada, o fim da safra paulista e as chuvas acima da média em regiões produtoras contribuíram para diminuir a oferta e pressionar o preço.

MAIORES AJUSTES

Com a alta de R$ 0,59 por quilo, a cebola foi o único dos cinco produtos com os maiores reajustes no mês a superar a marca de 6%, de acordo com os dados da pesquisa.

O biscoito água e sal teve o segundo maior aumento, de 5,76%, e o pacote de 200 gramas passou a custar, em média, R$ 3,12. Na sequência, a carne de primeira ficou 4,83% mais cara, com o quilo a R$ 53,16. O biscoito recheado subiu 4,55%, para R$ 2,99 o pacote, e a linguiça fresca avançou 4,24%, para o valor de R$ 24,36 o quilo.

Entre os produtos que ficaram mais caros no levantamento, o creme dental teve a menor variação, de 0,19%. O tubo de 90 gramas passou de R$ 5,40 para R$ 5,41, diferença de um centavo entre as duas medições. A íntegra do levantamento está disponível no site do Procon-SP.

Para reduzir os gastos, o órgão orienta os consumidores a pesquisar os preços antes de ir às compras. A comparação pode incluir estabelecimentos de uma mesma rede, já que os valores podem variar entre as unidades. No caso de promoções, a orientação do Procon-SP é verificar se o desconto reduz o preço por quilo, litro ou unidade. A medida ajuda a comparar embalagens de tamanhos diferentes.

ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR

Outra orientação dos órgãos de defesa do consumidar é fazer uma lista com base nas necessidades da família para evitar compras por impulso. O Procon-SP também sugere avaliar a substituição de itens que ficaram mais caros por produtos equivalentes de menor preço, quando for possível manter a qualidade nutricional das refeições.

FIRMINO PITON/PREFEITURA DE CAMPINAS



Dos 39 produtos acompanhados, 27 ficaram mais caros no levantamento

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (ESTAGIÁRIO) **E RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE COTIA



Entre as medidas está o questionamento da cobrança de esgoto

CEI Sabesp cobra respostas e realiza fiscalizações após reunião em Cotia

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Sabesp da Câmara de Cotia realizou, nesta semana, uma audiência para cobrar esclarecimentos sobre o abastecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Participaram os vereadores Dr. Castor Andrade (PDT), Serginho Luiz (PSB), Eduardo Nascimento (PSB) e o presidente da comissão, Dr. Silvio Cabral (PT). Moradores participaram do encontro, que teve questões sem resposta, segundo os parlamentares. A CEI ainda afirmou que pretende fiscalizar os serviços, cobrar esclarecimentos e buscar soluções para os problemas da população. Após a reunião, a comissão anunciou quatro medidas: questionamento judicial sobre tarifas de esgoto em locais sem ligação à rede coletora, fiscalização da recomposição asfáltica nas vias municipais, reuniões nos bairros, e nova notificação à Sabesp, com possibilidade de oitiva formal da direção.

Vereador quer ônibus elétricos em São Caetano

A Câmara de São Caetano recebeu indicação para estudar a substituição gradual dos ônibus do transporte público por veículos elétricos. A proposta do vereador Welbe Macedo (PSB) prevê análise de custos de aquisição, infraestrutura de recarga, autonomia e fontes de financiamento. O texto aponta possíveis reduções de gastos com combustível e manutenção, além de menor emissão de poluentes e ruído durante a circulação. A medida ainda depende de estudos de viabilidade técnica e econômica para futura avaliação.

CÂMARA DE SÃO CAETANO DO SUL



A indicação citou dados, pontuando os principais benefícios.

Arujá homenageia idosos e acata vetos

A Câmara de Arujá homenageou a delegação dos Jogos da Melhor Idade (JOMI) de 2026 e manteve cinco vetos do Executivo, em sessão nesta segunda (16). Arujá ficou em 20º lugar, com 15 pontos. Também foi apresentado projeto que cria o título Destaque Mirim Arujaense, para moradores com menos de 15 anos que se destaquem em educação, cultura e esporte. Os vereadores analisaram, em primeira discussão, proposta que institui o Dia Municipal dos Protetores de Animais, além de 36 indicações e 12 requerimentos.

São Bernardo mobiliza alunos para Saresp 2026

São Bernardo mobiliza 16.134 estudantes do 2º e 5º anos para o Saresp 2026, que será aplicado nos dias 23, 25 e 26 de novembro em 75 escolas municipais. A Secretaria de Educação busca garantir a presença de todos os alunos, embora o mínimo exigido seja de 80%. A participação permite avaliar a aprendizagem e identificar desafios para orientar ações pedagógicas e políticas educacionais e qualificar o ensino.

Osasco

A Câmara de Osasco iniciou a análise do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027, que prevê a arrecadação e a aplicação dos recursos municipais. A proposta está nas Comissões e será debatida em audiências nos dias 25 de novembro e 2 de dezembro. A votação deve ocorrer em meados de dezembro e emendas seguem em análise já.

Arujá

Arujá adiou audiência sobre o novo Plano de Educação, prevista para 1º de dezembro. A nova data será divulgada. O documento definirá metas e estratégias para a educação local pelos próximos dez anos, com participação social. O plano atual segue válido até junho de 2027, após prorrogação aprovada pela Câmara pela Lei 3.841/2026.

Santo André

Santo André abriu inscrições para 30 vagas em cursos gratuitos de pizzaiolo e chocolateiro, em parceria com o Governo do Estado. As formações terão 40 horas e ocorrerão de 1º a 14 de dezembro. Para participar, é necessário morar no município, ter entre 25 e 59 anos e ser alfabetizado. As inscrições vão até 25 de novembro, pela internet.

Ferraz de Vasconcelos

O vereador Neno (União Brasil) destinou R$ 328,2 mil em emendas à Associarte, que atende 350 crianças com Transtorno do Espectro Autista em Ferraz de Vasconcelos. Outros R$ 328,2 mil serão usados pela Secretaria na compra de materiais e premiações de campeonatos. A LOA de 2027 recebeu 146 emendas e já deve ser votada em dezembro.

Taboão da Serra

A Câmara de Taboão da Serra capacitou assessores parlamentares sobre emendas e indicação de recursos. O prazo para destinação termina em 26 de novembro, e o orçamento de 2027 deve ser votado em dezembro. Pela Lei Orgânica, as emendas podem alcançar 2% da receita corrente líquida, com metade obrigatoriamente destinada à saúde pública.

Carapicuíba

A Câmara de Carapicuíba aprovou o requerimento que questiona o fechamento da Escola Estadual Celestino Pina, com 400 estudantes do Ensino Fundamental. O documento solicita esclarecimentos à Prefeitura e ao Governo do Estado. Ainda foi indicada manutenção dos brinquedos e da pista de skate do parque Bem-Te-Vi, Parque Santa Teresa.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE GUARULHOS



Projetos tratam de exames e restrições para ocupação de cargos públicos

Guarulhos analisa propostas e vota projetos em plenário

Guarulhos analisou 14 propostas, enquanto plenário aprovou três projetos

Da **Redação**

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) em Guarulhos analisou 14 propostas na segunda (16). Cinco receberam pareceres favoráveis, duas com emendas e nove tiveram parecer contrário por questões técnicas e orçamentárias.

Receberam aval o substitutivo ao PL 510/2023, de Edmilson Souza (PSOL), que estabelece diretrizes para o Programa de Aquisição Direta de Alimentos do Pequeno Produtor Agrícola. Também foi aprovado o PL 240/2026, da própria CCJ, sobre a oferta facultativa de entrega domiciliar de medicamentos contínuos da rede municipal.

A comissão aprovou o PL 128/2025, de Geleia Protetor (PSD), que impede condenados por maus-tratos ou abandono de animais de ocupar cargos públicos, com emenda. O PL 90/2025, de Mauricio Guti (Mobiliza), veda cargos públicos a condenados por crimes raciais. Já o PL 182/2025, de Rafa Marques (MDB), proíbe honrarias municipais a condenados por crimes hediondos ou equiparados com emenda.

Os pareceres contrários envolveram propostas sobre saúde de servidores, jornada de biólogos, veículos elétricos, habitação para a Guarda Municipal, citronela em escolas, gratuidade no transporte e apoio psicológico relacionado ao suicídio.

Em plenário, a Câmara aprovou três projetos em segundo turno, que seguem para sanção do prefeito Lucas Sanches. O PL 386/2025 prevê ecocardiograma fetal entre a 20ª e a 26ª semana de gestação e ecocardiograma transtorácico em recém-nascidos de até 30 dias.

No Grande Expediente, foi deliberado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 3/2026, que propõe instituir a política municipal de segurança e defesa social e transformar a Guarda Civil Municipal em Polícia Municipal, e define atribuições e direitos funcionais.

Felipe da Silva Neves, conhecido como Estrelinha e usuário do CAPS, pediu acompanhamento do chamamento público para a gestão do serviço e relatou preocupação com possíveis mudanças na equipe e na assistência em saúde mental. O pastor Bernard Oliveira Gomes abordou a violência contra as mulheres e convidou para encontro sobre o tema em 24 de novembro, às 18h, na Câmara.

Projeto da Unicamp leva orientação sobre eficiência energética a comunidades

Instituto de Geociências: orientação sobre consumo doméstico e tecnologias renováveis

DIVULGAÇÃO / PORTAL UNICAMP



Equipes saindo para visitas domiciliares na região dos Amarais

Da **Redação**

O professor Aleix Altimiras Martin, do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, coordena um projeto de extensão voltado à promoção de uma transição energética justa em comunidades socialmente vulneráveis. A iniciativa é desenvolvida em parceria com o Grupo Primavera, na região dos Amarais, em Campinas, e pretende identificar dificuldades de acesso à energia, orientar moradores sobre o consumo doméstico e construir, junto com a população, alternativas para reduzir gastos e ampliar o acesso a tecnologias renováveis.

O conceito que orienta o trabalho é o de pobreza energética, que não se limita à falta de eletricidade. Segundo o professor, ela também ocorre quando uma família compromete uma parte muito alta da renda para atender às necessidades energéticas da casa, o que pode comprometer até mesmo gastos básicos do cotidiano. Por isso, o projeto procura olhar para a energia como um direito ligado diretamente à qualidade de vida.

A iniciativa reúne ensino, pesquisa e extensão e envolve estudantes de diferentes cursos da universidade. Vinculado à curricularização, o projeto integra a disciplina Extensão em Ciência, Tecnologia e Sociedade, na qual os alunos participam das atividades de campo e do contato direto com a comunidade. A proposta é que a formação acadêmica também aconteça fora da sala de aula, em diálogo com problemas reais da população.

De acordo com Martin, a metodologia escolhida é a pesquisa-ação, que pressupõe a participação dos moradores desde a identificação dos problemas até a construção das soluções. A ideia é que o conhecimento produzido pela universidade volte para o território estudado e contribua para que a própria comunidade tenha mais informação e melhores condições de decisão.

A primeira etapa do trabalho foi uma oficina participativa realizada no Grupo Primavera. Nela, os moradores mapearam os principais desafios relacionados à energia e apontaram suas expectativas para uma situação ideal na comunidade. Esse diagnóstico inicial ajudou a definir os próximos passos do projeto e a aproximar estudantes e famílias.

Na fase seguinte, os alunos farão visitas domiciliares para conhecer os equipamentos usados pelas famílias e observar como o consumo de energia acontece nas residências. Além de coletar dados para a pesquisa, a equipe poderá oferecer orientações práticas sobre eficiência energética, economia e possíveis inclusões em benefícios disponíveis, como a Tarifa Social de Energia Elétrica.

ECONOMIA DE ENERGIA E NOVAS SOLUÇÕES

As visitas também devem identificar situações que aumentam o consumo sem necessidade, como geladeiras antigas com problemas de vedação. Equipamentos menos eficientes podem gastar mais energia para cumprir a mesma função, elevando as despesas das famílias e dificultando a gestão do orçamento doméstico.

A próxima oficina participativa está prevista para o final de novembro, novamente no Grupo Primavera. Com base nos problemas identificados nas visitas e nas discussões anteriores, moradores e estudantes deverão construir caminhos para superar as dificuldades e definir ações coletivas para alcançar os objetivos estabelecidos em conjunto.

Com informações do Portal Unicamp/unicamp.br

Empresas interessadas podem se credenciar para o 24º Feirão de Emprego

Da **Redação**

A Secretaria de Trabalho e Renda de Campinas abriu o credenciamento de empresas interessadas em participar da 24ª edição do Feirão de Emprego e Oportunidades. O chamamento público foi publicado no Diário Oficial do município desta terça-feira, 17 de novembro.

O evento será realizado no dia 27 de novembro, das 9h às 16h, no Centro Universitário UniMetrocamp Wyden, localizado na rua Dr. Sales de Oliveira, 1661, na Vila Industrial. A participação é destinada a empresas que tenham vagas cadastradas no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e queiram realizar processos de recrutamento e seleção presencialmente durante o Feirão.

Para viabilizar a participação dos empregadores, a Secretaria de Trabalho e Renda, por meio do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT), disponibilizará espaço e estrutura para até dois recrutadores por empresa durante o evento.

COMO PARTICIPAR

O credenciamento deve ser realizado até 23 de novembro de 2026, exclusivamente pelo envio da proposta para o e-mail secretaria.trabalhoerenda@campinas.sp.gov.br. No documento enviado, devem constar as seguintes informações: da instituição - nome da empresa, CNPJ, endereço, telefone e logomarca para material de divulgação; do responsável legal - nome, CPF, RG, telefone e WhatsApp para contato.

FERNANDA SUNEGA / PREFEITURA DE CAMPINAS



Evento será dia 27 de novembro, no Centro Universitário UniMetrocamp Wyden

Após o envio da documentação, a empresa deverá aguardar o retorno da equipe da Secretaria de Trabalho e Renda, que encaminhará um formulário para preenchimento com informações detalhadas sobre as vagas ofertadas, quantidade de oportunidades por função e local de trabalho.

As empresas serão selecionadas conforme a ordem de recebimento das inscrições e de acordo com a capacidade de atendimento do espaço disponível para o evento.

Os representantes das empresas selecionadas deverão comparecer ao local com 30 minutos de antecedência, acompanhados da equipe previamente cadastrada, e permanecer durante todo o período do evento, das 9h às 16h.

Todas as informações sobre o chamamento público nº 23/2026 podem ser consultadas no Diário Oficial de Campinas.

Câmara de Monte Mor aprova novas regras para o patrimônio cultural

Normas definem critérios para tombamentos, registros e aplicação de sanções

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ CÂMARA DE MONTE MOR



Proposta reorganiza o Conselho e estabelece instrumentos para proteger bens históricos e manifestações culturais

A Câmara de Monte Mor aprovou por unanimidade, na segunda-feira (16), o Projeto de Lei 74/2026, de autoria do Poder Executivo, que estabelece regras para a proteção do patrimônio cultural material e imaterial. A proposta regulamenta o Sistema de Patrimônio Cultural (SMPC), reestrutura o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico (COMPPHAP) e define procedimentos para inventário, tombamento, registro e aplicação de sanções. De acordo com o registro da votação no sistema legislativo, os 15 vereadores presentes votaram favoravelmente.

Integrado ao Sistema de Cultura, o SMPC reunirá o conselho, a Secretaria de Cultura e Turismo, o inventário de bens e os instrumentos de proteção. A proposta abrange edificações, monumentos, documentos, acervos e paisagens, além de saberes, celebrações, expressões, técnicas e práticas reconhecidas pelas comunidades como referências culturais.

O COMPPHAP terá 10 membros titulares, com paridade entre Poder Público e sociedade civil. Cinco serão indicados por secretarias e cinco escolhidos por chamada pública, incluindo representantes de áreas ligadas ao patrimônio, à cultura e memória e dos conselhos de Política Cultural e de Turismo.

Entre as atribuições do colegiado estão propor políticas de proteção, deliberar sobre tombamentos e registros, emitir pareceres sobre intervenções em bens protegidos e acompanhar o inventário cultural.

O tombamento poderá ser solicitado pela Secretaria de Cultura, pelo proprietário ou possuidor, por qualquer cidadão ou por entidade interessada. O processo prevê análise técnica e manifestação do responsável. Em caso de risco de destruição ou descaracterização, poderá ser determinada a proteção provisória. A decisão caberá ao COMPPHAP, com a possibilidade de recurso para o prefeito.

Para o patrimônio imaterial, o registro reconhecerá e documentará práticas e manifestações culturais, com medidas de salvaguarda. O texto prevê livros específicos para saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

As regras exigem autorização prévia para intervenções que possam comprometer bens tombados. Danificar ou descaracterizar esses bens, realizar obras sem autorização e descumprir obrigações de conservação poderão resultar em advertência, multa, embargo, suspensão de intervenções e reparação dos danos. As multas vão de 10 a 5 mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, conforme a gravidade.

A proposta atualiza dispositivos da Lei Municipal nº 2.875/2021, relacionados ao Conselho e ao Fundo Municipal de Cultura. A legislação tem como antecedente a reformulação aprovada em 2021, quando o Conselho Municipal de Cultura passou a se chamar Conselho de Políticas Culturais e o Fundo Municipal de Assistência à Cultura recebeu a denominação de Fundo Municipal Pró-Cultura.

A reestruturação do COMPPHAP deverá ocorrer em até 90 dias, e a lei entrará em vigor 30 dias após a publicação oficial.

Câmara de Nova Odessa aprova orçamento de R$ 472 mi para 2027, mais 39 emendas

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE NOVA ODESSA



Emendas impositivas somam R$ 6,3 mi e contemplam saúde e segurança

A Câmara de Nova Odessa aprovou, na sessão de segunda-feira (16), o Projeto de Lei nº 74/2026, do Executivo, que estima em R$ 472 milhões o orçamento para 2027. A proposta prevê receita corrente líquida de R$ 466 milhões e incorpora 39 emendas impositivas apresentadas pelos vereadores, aprovadas por unanimidade.

As indicações somam cerca de R$ 6,3 milhões, equivalentes a 1,55% da receita corrente líquida do ano anterior, percentual definido em comum acordo pelos parlamentares, seguindo recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Pela regra, metade dos recursos deve ser destinada obrigatoriamente à saúde.

Entre as ações previstas estão a compra de equipamentos e veículos para o Hospital Municipal Dr. Acílio Carrion Garcia e unidades básicas de saúde, além de recursos para exames, cirurgias e atendimento do Samu. As emendas contemplam a Guarda Civil, com câmeras de monitoramento e equipamentos, e melhorias no trânsito, como sinalização e semáforo na Avenida Antônio Rodrigues Azenha. Também há previsão de ambulância, van adaptada e veículos de saúde.

Destinações incluem implantação e reforma de espaços esportivos e de lazer, eventos culturais, apoio a entidades assistenciais, causa animal e serviços de manutenção urbana. As emendas passam a integrar a redação final do orçamento de 2027.

Vinhedo amplia canais oficiais de comunicação com o WhatsApp

Da **Redação**

Vinhedo passou a disponibilizar comunicados e informações oficiais pelo WhatsApp, ampliando os canais de comunicação com a população. O serviço permite que moradores recebam diretamente no celular orientações sobre serviços municipais, campanhas informativas, avisos institucionais e outras informações de interesse público.

O canal funciona pelo número (19) 3826-7800 e possui selo azul de verificação, que confirma a autenticidade da conta oficial e ajuda a prevenir golpes e a circulação de informações falsas. A identificação permite que os usuários reconheçam o contato legítimo da administração municipal.

A iniciativa integra as ações de modernização da comunicação institucional, com o objetivo de facilitar o acesso às informações públicas e aproximar a Prefeitura dos moradores. Por meio de uma plataforma presente no cotidiano da população, a administração busca ampliar o alcance dos comunicados e tornar a divulgação dos serviços mais acessível.

O novo recurso também permite que informações sobre ações municipais e orientações de interesse coletivo cheguem diretamente aos celulares, de maneira rápida e prática, ampliando as possibilidades de acompanhamento dos serviços oferecidos pela Prefeitura.

Para envio de mensagem, a Prefeitura orienta os moradores a salvar o telefone (19) 3826-7800 na agenda do celular e conferir o selo azul na mensagens.

DIMA SOLOMIN /UNSPLASH



Serviço permite que moradores recebam no celular orientações

PAULO JOSÉ CUNHA

Jornalista, professor e escritor

O Correio errou. Veja errou. Ou foi todo mundo que errou?

Há 26 anos, uma manchete do jornal Correio Braziliense entrou para a história do jornalismo como exemplo de transparência e coragem editorial. A manchete foi: "O Correio errou", e se referia à matéria publicada na véspera acusando o então ex-secretário-geral da presidência da república Eduardo Jorge de suposto envolvimento irregular com o Banco do Brasil. A reportagem havia se baseado em documentos e informações não checados, que se revelaram falsos.

Ricardo Noblat, então diretor de redação do Correio, não estava na redação do jornal no dia em que se produziu a manchete falsa, mas mesmo assim assumiu a responsabilidade pelo erro. A manchete "O Correio errou" rendeu ao jornal o Prêmio Esso do Jornalismo daquele ano.

O episódio vem naturalmente à memória diante da exigência do presidente Lula de que a imprensa se penitencie e peça desculpas por atribuir a ele a posse de um apartamento tríplex no Guarujá (SP). A acusação falsa lhe rendeu uma pena de prisão de 580 dias a partir das denúncias feitas pela Operação Lava-jato (Leia-se: Sérgio Moro e Deltan Dallangnol). As decisões contra Lula foram anuladas há alguns dias por decisão do Supremo. O tribunal reconheceu que o imóvel pertence à empreiteira OAS, nunca pertenceu a Lula. O presidente quer que a retratação da imprensa não ocorra apenas em nota de rodapé, e sim em manchete, "em letras garrafais", como tal como fez o Correio.

E o presidente tem razão. Toda a razão. As suspeitas de que a condenação teve objetivo político – tirar Lula da disputa eleitoral de 2018 – foram até explicitadas outro dia pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. A imprensa como um todo embarcou na época nas falsas acusações contra Lula, e até agora nenhum dos veículos de imprensa que estiveram à frente nas denúncias veio a público se retratar como exige o presidente. Pois deveriam fazê-lo, sim. Vale um esclarecimento: na maioria das vezes, manchetes bombásticas como as que incriminaram Lula não refletem necessariamente uma postura editorial da imprensa de oposição a Lula e à esquerda. Na maioria dois casos, é simplesmente a busca de prestígio e elevação de tiragem, visualização e audiência.

De volta. Ao contrário do que vários editores supõem, uma retratação não reduz a credibilidade do órgão de imprensa, mas, ao contrário, faz com que ela... cresça.

O público leitor/telespectador/ouvinte/internauta entende perfeitamente que o veículo que se retrata está dando prova de seu compromisso com a verdade, objetivo maior de qualquer órgão de imprensa minimamente responsável pelo seu papel na sociedade. O veículo, em vez de se diminuir, passa a receber apoio e confiança do público consumidor de suas informações, por entender que o órgão que publicamente se redime está agindo em consonância com o compromisso de servir à comunidade onde atua.

Lamentavelmente, o máximo que a imprensa brasileira tem feito ao cometer erros de apuração é a velha "Veja errou", publicada lá no pé de página, como bem lembrou o próprio presidente Lula. Liguei pro Noblat pra ouvi-lo sobre o tema e ele concorda: Lula tem razão. Lembrou que a imprensa mantém o velho hábito de não se desculpar por eventuais erros, a não ser aqui ou ali. E quando o faz é 40 ou 50 anos depois. Ou seja, digo eu: quando o estrago já não tem conserto. "A arrogância é uma das marcas da imprensa", ele observou.

Apesar do bom exemplo de Noblat e de sua manchete famosa, de lá pra cá não se viu nenhuma outra do mesmo teor. Nem com atraso. Pois passa da hora de a imprensa mudar essa toada. Sair do canto confortável do orgulho e da arrogância e ocupar o espaço da busca da verdade, que é sua missão essencial. Pois é assim que qualquer órgão de imprensa que se diz sério deve agir.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Dilema Republicano

Na política americana, o partido na Casa Branca costuma sangrar nas eleições de meio de mandato, um clássico voto de protesto para calibrar as ambições do Executivo. A história comprova a tese: presidentes como Bill Clinton (1994) e Barack Obama (2010) sofreram derrotas paralisantes nas midterms, mas se reorganizaram e garantiram a reeleição. Sob essa lente tradicional, um tropeço legislativo é lido apenas como um hematoma temporário, não fatal.

Contudo, certas derrotas prenunciam o colapso de um paradigma. O verdadeiro alerta à direita não reside nos percalços reversíveis de Clinton ou Obama, porém no desastre estrutural sofrido por George W. Bush em 2006. Aquelas eleições representaram o atestado de óbito do intervencionismo desenfreado, impulsionado pela fadiga com a Guerra do Iraque. O cenário gerou um vácuo político colossal que pavimentou a vitória da oposição em 2008 e abriu portas para uma reengenharia sociocultural sem precedentes, consolidando a chamada "Era Woke". Em 2006, a direita não perdeu apenas o Congresso, perdeu a hegemonia sobre a cultura do país.

Hoje, o conservadorismo americano depara-se novamente com o fantasma do desgaste eleitoral, porém, a dinâmica tornou-se imensamente mais complexa. O partido não enfrenta apenas a habitual oposição progressista, mas lida com um profundo dilema existencial dentro de sua própria coalizão. Essa fratura interna é perfeitamente ilustrada pela recente divergência de diagnósticos entre duas de suas maiores lideranças nacionais à respeito das prioridades do movimento.

De um lado, Donald Trump projeta a visão da Realpolitik. Ao afirmar que seria preferível perder o controle do Senado a permitir um avanço nuclear do Irã, ele prioriza a contenção de ameaças existenciais sobre cálculos eleitorais. Para essa ala, a derrota legislativa é um custo estratégico inevitável para impedir que adversários cruzem linhas vermelhas.

Em contrapartida, JD Vance, captura a essência do populismo nacionalista atual. Ao culpar o conflito com o Irã pela derrota nas midterms, aponta que o eleitor votou na oposição como forma de protesto. A análise expõe que a base repudia aventuras militares: o eleitor raiz rejeita financiar a estabilidade global enquanto as fronteiras são porosas e o poder de compra derrete. Para ele, focar no exterior demonstra abandono das prioridades nacionais.

Essa dissonância é o grande gargalo estratégico da direita norte-americana. Quando energia e orçamento são consumidos por crises no exterior, o conservadorismo torna-se impotente para resistir à reengenharia social promovida por adversários em casa.

O dilema moderno é cristalino: a cúpula compreende a segurança global, mas a base exige a doutrina America First, enxergando distrações internacionais como traição. Se a direita não harmonizar a projeção global com o isolacionismo de seus eleitores, repetirá o erro de 2006. O preço não será perder cargos no Congresso, mas a rendição definitiva na batalha pela alma e cultura dos Estados Unidos.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA

POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: INGLATERRA SÓ ADOTARÁ O PADRÃO-OURO SE EQUILIBRAR SUA BALANÇA COMERCIAL

Primeiro-ministro inglês, Nevile Chamberlain disse que o país, antes de voltar a usar o padrão-ouro para as suas finanças, precisa equilibrar a balança comercial. Há possibilidade da URSS entrar no conflito do extremo-oriente se o Japão invadir a Manchúria e o oeste da Mongólia. Crise política no novo governo de São Paulo: demitiram-se os novos secretários. Vargas ainda recebe de governos estrangeiros felicitações pelo aniversário da data da proclamação da República no Brasil.

HÁ 75 ANOS: VARGAS SANCIONA LEI PARA EXIBIR MAIS FILMES NACIONAIS NOS CINEMAS DO PAÍS

Discute-se na ONU uma proposta de paz para findar a guerra entre as duas Coreias. Churchull e Fatemi não conseguem chegar a um denominador comum para findar a crise entre Reino Unido e Irã; Fatemi diz que negociar com o Partido Trablhista seria mais fácil. Incêndio destrói o Colégio Estadual de Porto Alegre. Governo da Paraíba pede a Vargas 300 milhões de cruzeiros para obras de açudes para combater a seca. Vargas sanciona lei para exibir nos cinemas mais filmes nacionais.


Correio da Manhã
O "Conde Zeppelin" attingirá hoje o Brasil

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

REPRODUÇÃO



Governadores eleitos do sudeste trabalharam discretamente contra a votação do ajuste

Adiamento foi primeira derrota do governo puxada por governadores

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), contou ao Correio da Manhã que, como o texto-base do ajuste fiscal foi aprovado "com certa facilidade" (45 votos a 31), se pensava que os destaques tambémm passariam facilmente nesta terça-feira (17). Mas o governo foi surpreendido pela mobilização dos governadoes atingidos pelo corte de repasses do governo federal aos estados e municípios previsto o projeto: "Na hora que chegamos na votação dos destaques supressivos, exatamente da Lei Kandir, dessa loucura que o governo sugere, que são os cortes na questão da compensação previdenciária e na questão da compensação tributária, o governo viu que a resistência é muito maior. Houve mobilização de todos os governadores puxando as suas bancadas, especialmente do Sudeste. Isso foi fundamental. Afinal, ns estamos aqui representando nossos estados."

O Rio de Janeiro perderia meio bilhão de reais

Portinho: "No seu pacote de maldades, o governo quer fechar as contas em cima dos estados, dos municípios e das empresas. Neste último caso, faz isso quando suspende créditos tributários, que poderiam ser compensados de forma cruzada. O governo está pedalando, empurrando obrigações da Lei Kandir com os estados. Só no meu estado, o Rio de Janeiro, são R$ 500 milhões em quatro anos, meio bilhão de reais de perda. Os estados e municípios perceberam o impacto."

AGÊNCIA SENADO



Carlos Portinho diz que é difícil o Governo derrubar oposição

"Governo quer acordo, mas não vamos ceder"

Carlos Portinho disse que o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), está tentando construiur um novo texto de um dia para o outro a fim de que os destaques à proposta de ajuste possam ser votados nesta quinta-feira, mas a oposição não pretende ceder: "Nós nos unimos e os governadores também. O Eduardo cumpre acordos, mas está agora com muita dificuldade. Nós não podemos ceder nos cortes para estados, municípios e empresas. Acho muito difícilo governo derrubar os destaques da oposição."

Articulação política do governo falhou

O adiamento da votação dos destaques ao ajuste fiscal coloca em risco toda a conta elaborada pela área econômica do governo. Na verdade revela que houve erro de avaliação da equipe de articulação política no Palácio do Planalto e no Congresso. Essa equipe ainda é formada por membros do atual governo. É bem provável que Lula pense em uma reformulação mais profunda para sua próxima gestão.

Menos inflação

O governo argumenta que tenta limitar a compensação tributária porque, pagando em dinheiro os tributos, haverá menos dinheiro em circulação e, portanto, maior controle da inflação. O mecanismo de compensação tributária permite que a empresa quite tributos com valores que tem para receber do governo.

Chá de sumiço

Senadores que votaram o texto-base do ajuste fiscal na semana passada não apareceram nesta semana. Os governistas anotaram, por exemplo, a ausencia de Styvenson Valentim (Pode-RN), Fernando Dueire (PSD-PE), Romário (Sem Partido-RJ) e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que não marcaram presença na sessão desta terça-feira.

Críticas mantidas

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) não estancou suas críticas ao plano de ajuste fiscal do governo. Em entrevista pela manhã na internet ele disse que o ajuste fiscal em discussão no Congresso pode empurrar a economia para uma recessão reduzir investimentos e abrir uma crise econômica e política para o presidente administrar.

Constrangimento

No Palácio do Planalto, as críticas de Lindbergh causam constrangimento também pelo fato de ele ser companheiro da ex-ministra Gleisi Hoffmann, muito próxima do presidente Lula e cotada para voltar a ocupar uma cadeira na Esplanada dos Ministérios. Gleisi já foi inclusive presidente nacional do Partido dos Trabalhadores.

Lula intervir

No PT, as vozes contrárias a Lindbergh Farias dizem que já passou da hora de o presidente Lula intervir nos seus desentendimentos com a equipe econômica. Muitos no partido, inclusive na cúpula e no governo, concordam com as críticas do deputado à política econômica, mas afirmam que elas não deveriam ser feitas publicamene.

Ato contra o ajuste

Lula passou o dia preocupado também com o ato convocado pela UNE que estava previsto para acontecer nesta terça-feira em ao menos 13 cidades do país. A UNE foi quem começou a mobilização na Faria Lima, em São Paulo. Organizações como o MPR, CTN, PSOL e PTBR estiveram presentes e tomaram a frente do ato público.

RICARDO STUCKERT / PR



No exterior, Lula não cravou parcerias, mas fortaleceu negociações

De volta, Lula prioriza escala 5x2, ajuste fiscal e ministérios

Presidente voltou do exterior e assinará decreto do fim da escala 6x1

Por **Gabriela Gallo**

Após chegar da Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com aliados e ministros para preparar sua quarta gestão no Planalto; discutir nomes para assumir os ministérios; o decreto que regulamenta o fim da escala 6X1; e o projeto do ajuste fiscal para 2027 (PLP 299/2026). As reuniõe ocorreram no Palácio do Planalto nesta terça-feira (17).

Dentre os aliados presentes estiveram o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e os ministros Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência), Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento), José Guimarães (Relações Institucionais), Miriam Belchior (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão e Inovação). Também compareceu a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE).

Em relação aos novos ministros que vão compor a Esplanada, a expectativa é que parte dos nomes sejam anunciados nos próximos dias, especialmente o ministro da Fazenda.

Sobre o texto que regulamenta as mudanças nas jornadas de trabalho para trabalhadores de carteira assinada, o ministro Luiz Marinho informou que Lula assinará o decreto do fim da escala 6x1 na manhã desta quinta-feira (19). Ainda que a Emenda Constitucional nº 141/2026 já tenha sido promulgada pelo Congresso Nacional em 16 de outubro, o decreto fixa o início do cumprimento da nova escala em 16 de dezembro. O documento também servirá para evitar interpretações distorcidas, mexendo com as expectativas de empregados e empregadores.

No Congresso Nacional, o presidente Lula tem outras pendências de interesse para o governo, como o projeto de lei que regulamenta as big techs (Projeto de Lei 4.675/2025) e a indicação para o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que assumirá no lugar de Luís Roberto Barroso. No caso do projeto de ajuste fiscal para o próximo ano, apesar da votação dos destaques no Senado ter sido adiada para esta quarta-feira (18) e a votação na Câmara ter sido definida para a próxima semana, o governo notou falhas na articulação política.

Na viagem, Lula participou da 31ª Conferência do Clima da ONU (COP31) na Turquia e na 49º Cúpula da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) nas Filipinas. Sua última parada foi em Madri, onde se encontrou com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, no Palácio de La Moncloa.

JORNAL DE
TURISMO

POR
SÉRGIO NERY

CM



Visitantes da mostra consultam dados do setor no painel de LED

Seis décadas entre o respeito ao passado e o olhar para o futuro

A Embratur completa 60 anos nesta quarta-feira (18) com uma agenda em Brasília que combina memória e reflexão sobre o turismo brasileiro. A programação começou dia 17 de novembro, com a abertura de uma exposição na Câmara dos Deputados, em cartaz até dia 19. Nesta quarta, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães sedia o encontro comemorativo, às 19h, com lançamento de livro e documentário sobre sua trajetória e as transformações do setor. No dia 19, às 10h, uma sessão solene no Senado encerra as homenagens. Criada em 1966, a Embratur ajudou a desenvolver o turismo nacional e a apresentar seus destinos ao exterior. A festa ocorre em um momento de receitas recordes com visitantes internacionais. Preservar essa memória tem valor, mas o legado pede continuidade: manter o Brasil presente nos mercados internacionais e gerar benefícios para quem vive do turismo.

Aposta na diversidade como estratégia

Para Bruno Reis, presidente da Embratur, os 60 anos traduzem uma mudança na apresentação do país ao mundo. "Saímos de uma promoção concentrada nos destinos tradicionais para mostrar um país diverso, autêntico e cheio de experiências." Ele aponta o Plano Brasis, a inteligência de mercado e as parcerias como instrumentos dessa estratégia. Ampliar o repertório de quem vende o Brasil no exterior ajuda a abrir espaço para destinos, produtos e experiências que recebem poucos visitantes internacionais.

CM



Bruno Reis preside a Embratur no marco dos 60 anos

Uma instituição em constante reinvenção

Criada como Empresa Brasileira de Turismo em 1966, a Embratur tornou-se autarquia em 1991. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, concentrou sua atuação na promoção internacional. A transformação em agência, em 2020, deu novo fôlego e abriu possibilidades de financiamento. A evolução vai além da designação. Promover destinos exige conhecer mercados, articular parceiros e apoiar a comercialização. É um trabalho contínuo de construção da imagem do Brasil e de aproximação com o viajante.

Meta superada e desafio além dos números

O Brasil recebeu 7,59 milhões de turistas internacionais de janeiro a outubro e superou a meta anual de 7,5 milhões. Os gastos desses visitantes chegaram ao recorde de US$ 8,38 bilhões até setembro. Os dados dão dimensão econômica à promoção internacional. O objetivo é fazer esse movimento alcançar mais regiões, combinando divulgação, conexões aéreas e experiências que estimulem novas viagens e negócios.

Trade e Parlamento

A abertura da exposição dos 60 anos da Embratur reuniu o deputado federal Eduardo Bismarck e Janine Pires, ex-presidente da instituição. Também estiveram presentes Italo Mendes, presidente da Anseditur, e Marina Marinho, presidente do Fornatur. O encontro na Câmara marcou o início da programação comemorativa em Brasília.

Memória em LED

A mostra aposta no formato digital. Dois painéis de LED e uma grande tela permitem consultar a história da Embratur e dados do turismo de todas as unidades da Federação. O visitante encontra números de turistas internacionais, voos e empregos do setor, aproximando a memória da instituição da realidade dos destinos brasileiros.

RN em alta

O Rio Grande do Norte recebeu 59,4 mil estrangeiros até outubro, alta de 128,8% sobre o mesmo período de 2025, o maior crescimento percentual de todo o país. O volume mais que dobrou, sobre uma base de 25,9 mil visitantes. As belezas naturais, o sol e a cultura do estado estão cada vez mais presentes no imaginário do visitante.

Regras globais

A ABAV Nacional levou à reunião da aliança mundial das associações de agências, em Santiago, pautas como critérios financeiros, uso de cartões e prevenção de fraudes nas relações com a IATA. Representada por Marcelo Oliveira, a entidade defendeu regras mais equilibradas. São questões que afetam custos e riscos de quem vende viagens.

Balanço do Festuris

O Festuris reuniu em Gramado 18 mil participantes e cerca de 2,6 mil marcas, segundo a organização. Foram 834 compradores e 8 mil agendamentos, alta de 30,5%. A feira estima mais de R$ 600 milhões em negócios. O evento abriu portas, mas a conversão em vendas é que dará a medida dos resultados para empresas e destinos presentes.

Boas práticas

O Prêmio Braztoa de Sustentabilidade reconheceu 12 iniciativas e concedeu quatro menções honrosas em Gramado, durante o Festuris. Turismo comunitário, conservação e gestão estão entre os eixos premiados. A cerimônia de premiação levou ao público exemplos de como a atividade turística pode beneficiar quem vive nos destinos.

DIVULGAÇÃO/EMBRATUR



Marca Brasil traduz a diversidade do país para o turismo mundial

Embratur aos 60 anos: promover o Brasil exige constância

Em artigo, colunista defende recursos estáveis e visão de longo prazo

Por **Sérgio Nery**

Celebrar os 60 anos da Embratur é reconhecer uma instituição que ajudou o Brasil a tratar o turismo como atividade econômica. Criada em 1966 como Empresa Brasileira de Turismo, atuou no fomento, na organização do setor e dos destinos. Com o Ministério do Turismo, em 2003, passou a cuidar da promoção internacional.

Um marco foi a criação da Marca Brasil, em 2005, associada ao Plano Aquarela. Mais que uma identidade visual, nasceu de pesquisas para apresentar nossa diversidade ao mundo. Sua retomada, em 2023, recuperou um patrimônio da promoção turística. Uma marca precisa acumular reconhecimento, atravessar governos e preservar vínculos.

Como assessor de imprensa da Embratur, entre 2017 e 2019, acompanhei a defesa da transformação em agência e o debate sobre suas limitações financeiras. Iniciada por medida provisória em 2019 e consolidada em lei em 2020, a mudança ampliou as possibilidades de financiamento e de parceria com o setor privado.

O Brasil recebeu o recorde de 9,3 milhões de estrangeiros em 2025. De janeiro a setembro de 2026, as receitas atingiram US$ 8,38 bilhões, maior valor para o período. São conquistas de uma cadeia que reúne promoção, transportes, hotelaria e profissionais que recebem o visitante.

Para 2026, a Embratur prevê orçamento de R$ 859,9 milhões, entre receitas e saldos anteriores. Sob o comando de Bruno Reis, turismólogo que começou como estagiário na instituição e hoje a preside, a agência tem o desafio de converter recursos em resultados. Sua trajetória valoriza o conhecimento técnico e a experiência na casa.

A ampliação não apaga anos de financiamento insuficiente. Argentina e Peru estruturaram mecanismos próprios para sustentar sua promoção enquanto o Brasil discutia como financiar sua presença no exterior. Num país continental, esse esforço precisa caminhar com mais conectividade, melhor infraestrutura, redução do custo Brasil e procedimentos de vistos que facilitem viagens com segurança. Fortalecer uma marca exige presença contínua e planejamento.

Aos 60 anos, a Embratur precisa de investimento previsível e resultados avaliados, para que o fôlego atual se torne, de fato, política de Estado.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

ANTONIO AUGUSTO/STF



STF manteve lei fluminense que restringe acesso a dados pessoais

STF mantém sigilo de dados pessoais em ocorrências policiais

O Supremo Tribunal Federal manteve a validade de uma lei do Rio de Janeiro que restringe o acesso a dados pessoais de envolvidos em ocorrências policiais. A norma determina que endereços, telefones e números de documentos sejam mantidos sob sigilo, com acesso restrito às autoridades policiais, ao Ministério Público e ao Judiciário. O entendimento foi firmado por unanimidade, no julgamento da ADI 4.188. Para o relator, ministro Nunes Marques, a medida protege a intimidade e a segurança de envolvidos e testemunhas contra intimidações e retaliações. A decisão, porém, não impede que a defesa tenha acesso a informações cadastrais relevantes para o esclarecimento dos fatos, desde que haja autorização judicial. A ação foi apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que questionava possíveis prejuízos ao contraditório e à ampla defesa.

CNJ aponta falhas em audiências socioeducativas

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou falhas no acompanhamento de adolescentes em audiências socioeducativas. Em 62% das 185 audiências analisadas em seis estados, os magistrados não perguntaram sobre as circunstâncias da apreensão. Em 81% dos casos, não houve questionamento sobre possíveis maus-tratos e, em 99,5%, não foi solicitado exame de corpo de delito. O estudo também apontou que a saúde mental foi prioridade para 16 dos 27 grupos estaduais de fiscalização do sistema em 2026.

DIVULGAÇÃO/CNJ



Conselho identificou falhas no acompanhamento de adolescentes

AGU recebe sugestões sobre riscos psicossociais

A Advocacia-Geral da União recebe, até 2 de dezembro, contribuições sobre a regulamentação dos fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, previstos na Norma Regulamentadora nº 1. A iniciativa busca reunir sugestões técnicas para subsidiar as discussões sobre a aplicação das regras, que envolvem aspectos como estresse, sobrecarga e condições de saúde mental no ambiente profissional. A consulta também está relacionada a uma controvérsia em discussão no Supremo Tribunal Federal, no âmbito de tratativas de conciliação.

Mantida autorização para transporte interestadual

A 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) confirmou, por unanimidade, a validade do regime de autorização para o transporte rodoviário interestadual de passageiros. A decisão afastou a exigência de licitação prévia defendida por um sindicato do setor e manteve o modelo regulado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), desde que cumpridas as exigências legais.

Combate à violência

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou diretrizes nacionais para o funcionamento de grupos reflexivos e responsabilizantes destinados a homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres. A medida busca padronizar os encontros, fortalecer ações de prevenção à reincidência e incentivar a responsabilização dos participantes.

STF delimita MP

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou normas do Rio Grande do Sul que permitiam ao procurador-geral de Justiça assumir inquéritos policiais em andamento e realizar investigações sumárias sem observar procedimentos formais, prazos e controle judicial. A Corte reafirmou os limites constitucionais da atuação investigatória.

TCE do Amazonas

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a regra do Amazonas que estabelece prazo de cinco anos para o julgamento de contas e aplicação de sanções pelo Tribunal de Contas estadual. A decisão reconheceu a competência do estado para disciplinar administrativamente os prazos de fiscalização.

Cortes do Mercosul

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, encerrou, em Brasília, o encontro de cortes supremas do Mercosul com defesa da cooperação internacional e da independência judicial. O evento reuniu representantes de tribunais de diversos países e debateu democracia, inteligência artificial e sistema prisional.

Vagas na educação infantil

O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceram diretrizes para assegurar o acesso e a permanência de crianças na educação infantil. A norma busca organizar a distribuição de vagas e coordenar ações judiciais individuais e coletivas sobre o tema, além de orientar a atuação das instituições envolvidas na garantia desse direito.

Aviso de negativação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reconheceu a falta de comprovação da notificação sobre inscrição em cadastro de inadimplentes. A Quarta Turma negou recurso da Serasa em julgamento publicado em 16 de novembro. O caso envolve a ausência de prova de entrega do aviso e resultou em indenização por danos morais de R$ 10 mil.

DIVULGAÇÃO/STJ



STJ fixou critérios para proteção de economias contra penhora judicial

STJ define regras para proteção de economias contra penhora

Decisão decide condições para que até 40 salários mínimos sejam preservados

Da **Redação**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu critérios para a proteção de valores de até 40 salários mínimos contra penhora, estabelecendo em quais situações a regra pode alcançar dinheiro mantido fora da caderneta de poupança. A decisão, tomada sob o rito dos recursos repetitivos, deverá orientar processos semelhantes em todo o país.

Ao analisar o Tema 1.285, o colegiado reafirmou que valores depositados em caderneta de poupança permanecem protegidos até o limite de 40 salários mínimos, mesmo quando a conta é utilizada para movimentações cotidianas, como saques e pagamentos.

A proteção também pode alcançar dinheiro em espécie, valores em conta-corrente, fundos de investimento e outras aplicações financeiras. Nesses casos, porém, o devedor deverá comprovar que os recursos constituem uma reserva contínua e duradoura, destinada à subsistência ou à proteção familiar diante de emergências. A comprovação da finalidade dos recursos caberá ao devedor.

A Corte estabeleceu situações em que a proteção não se aplica. Ficam excluídos investimentos especulativos e de alto risco, como aplicações em bitcoins, além de sobras acumuladas de meses anteriores em contas-correntes tradicionais ou remuneradas, normalmente utilizadas para movimentações financeiras habituais.

A relatora dos recursos, ministra Maria Thereza de Assis Moura, destacou que a interpretação da legislação precisa acompanhar as transformações do mercado financeiro, sem ampliar indiscriminadamente as hipóteses de impenhorabilidade. Para a magistrada, é necessário conciliar a preservação do mínimo existencial com os limites previstos na legislação.

A decisão também esclarece que valores recebidos no próprio mês com natureza salarial ou outra origem protegida pelo artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil (CPC) podem ter o desbloqueio solicitado, desde que essa natureza seja comprovada. Portanto, nem todo saldo em conta-corrente está automaticamente sujeito à penhora.

O julgamento foi concluído em 21 de outubro, e a tese fixada pelo STJ deverá ser observada pelas instâncias inferiores em casos semelhantes.